



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Roberto Vilela Elias

Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico.

Rio de Janeiro

2013

Roberto Vilela Elias

Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico.

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas.

Rio de Janeiro
2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

E42

Elias, Roberto Vilela.

Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico /
Roberto Vilela Elias. – 2013.
95 f.

Orientador: Ricardo Ferreira Freitas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Ano Novo – Teses. 2. Mídia (Publicidade) – Teses. 3. Olimpíadas
– Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Freitas, Ricardo Ferreira. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação
Social. III. Título.

es

CDU 796032.2:398.332.42(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Roberto Vilela Elias

Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico.

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Aprovado em: 25 de abril de 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas.
Faculdade de Comunicação Social – UERJ.

Prof. Dr. José Cardoso Ferrão Neto.
Faculdade de Comunicação Social – UERJ.

Prof. Dr. Renato Cordeiro Gomes.
Departamento de Comunicação Social – ESPM.

Rio de Janeiro
2013

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, acompanharam de perto toda a concepção desse trabalho e me deram todo o apoio necessário.

À amiga Elaine Christovam de Azevedo, parceira de congressos e artigos. Continuemos, Elaine!

Ao meu orientador e amigo, Ricardo Ferreira Freitas, fonte de incentivo e exemplo. Sua importância foi fundamental para o bom transcorrer dessa dissertação.

A memória é uma ilha de edição!
Waly Salomão

RESUMO

ELIAS, R. V. *Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico*. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Ao longo do século XX o Rio passou por amplas reformas urbanas, sempre focadas em pontos estratégicos da cidade. Hoje, mais uma vez, vivenciamos um profundo reordenamento espacial, notadamente na Zona Oeste. No âmbito político da segurança pública, o governo estadual implanta as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em comunidades consideradas ‘perigosas’ pelo poder do tráfico de drogas ali presente. O programa que começou em 2008 com 2 comunidades ocupadas, hoje já atinge 24. A partir daí uma rápida mudança da abordagem do jornal *O Globo* sobre os problemas da cidade tem acontecido. A violência, que antes era destaque nas páginas desse periódico, de 2009 pra cá vem ocupando um plano secundário. Essa dissertação dedica-se a analisar, através do *réveillon* carioca, a mudança de enfoque de *O Globo* sobre o Rio após a eleição da cidade para sediar dois megaeventos de amplitude mundial: a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016.

Palavras chave: Rio de Janeiro. Ano Novo. Megaeventos. Jornal O Globo. UPPs.

RESUMÉN

ELIAS, R. V. *Buenas salidas, mejores entradas: medios y año nuevo en Rio olímpico*. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A lo largo del siglo XX, la ciudad del Rio de Janeiro pasó por grandes reformas urbanas, siempre centradas en puntos estratégicos. Hoy día, más una vez estamos experimentando una profunda reorganización espacial, notablemente en la Zona Oeste. En el ámbito político de la seguridad pública, el gobierno estadual implantó las Unidades de Policía Pacificadora (UPPs), en comunidades peligrosas debido el tráfico de drogas. El programa de seguridad que empezó con dos unidades, hoy día atinge veinte cuatro. A partir de ahí un rápido cambio en el abordaje del periódico “O Globo” acerca de los problemas de la ciudad sucedió. La violencia que antes era destaque en primera plana del periódico, desde 2009 hay ocupado planos secundarios. Esta disertación se dedica a analizar por medio del *Reveillon Carioca* la mudanza de enfoque del periódico O Globo acerca del Rio después de la elección de la ciudad para recibir dos mega eventos deportivos de connotación mundial: la Copa del Mundo de Fútbol de 2014, y los Juegos Olímpicos de 2016.

Palabras clave: Rio de Janeiro. Año Nuevo. Megaeventos. Periodico O Globo. UPPs.

LISTA DE FOTOS

- Foto 1 - Avenida Central, em 1906. Retirada de: rioantigo.buzznet.com. 16
Acessado em: 27/11/2012.....
- Foto 2 - Exposição Nacional de 1908. Retirada de: 19
patrimonioindustrialbrasil.blogspot.com. Acessado em: 29/11/2012..
- Foto 3 - Vista aérea do desmonte do morro do Castelo. Retirada de: [forum-](http://forum-numismatica.com) 21
numismatica.com. Acessado em: 29/11/2012.....
- Foto 4 - Portal da Exposição Internacional de 1922. Retirada de: 22
brasilcult.pro.br. Acessado em: 29/11/2012.....

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A CIDADE EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO	13
1.1	Rios de Janeiro	13
1.2	A construção da Cidade Maravilhosa	15
1.3	1908: o início de uma trajetória	18
1.4	Abrindo-se para o mundo	20
1.5	As décadas douradas	23
1.6	Brasília, ditadura militar e a crise econômica	26
1.7	De Paris dos Trópicos a Miami da América do Sul	29
2	ESTAR JUNTO	33
2.1	A sociabilidade nos megaeventos	33
2.2	Tribalismo e Cooperação	40
2.3	Ano Novo: o ritual e o megaevento	43
3	UM BREVE HISTÓRICO DAS COMEMORAÇÕES DE ANO NOVO	47
3.1	A festa pagã dos inocentes catequizados	47
3.2	O ano-bom na capital do Império	49
3.3	Da Cinelândia à Avenida Atlântica: um histórico do <i>réveillon</i> carioca	53
3.3.1	Disciplina e Proteção: o Ano Novo sob a égide do AI-5	57
3.4	Anos 80: o boom dos fogos de artifício em Copacabana	60
4	O RÉVEILLON OLÍMPICO E PACIFICADO	66
4.1	O Rio ‘chapa quente’ no início do século XXI	66
4.2	Mídia, violência e a cultura do medo	69
4.3	Rio recebe 2007 em clima de guerra	73
4.4	A instalação das UPPs e a lógica territorial do Rio de Janeiro	76
4.5	De ‘cidade partida’ a ‘cidade pacificada’ em menos de uma década ..	78
4.5.1	<u>O Ano Novo na cidade olímpica, pacífica e unida</u>	82
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

No cenário mundial de festividades que marcam a passagem de ano, a cidade do Rio de Janeiro tem uma das mais famosas comemorações: a queima de fogos na praia de Copacabana. Transmitida para o mundo inteiro com ares de espetáculo, o *réveillon* da “princesinha do mar” é um dos principais megaeventos da metrópole carioca, juntamente com o carnaval.

O *réveillon* pode ser entendido como um ritual de passagem que marca o encerramento de uma etapa e o início de outra, um novo ano. A expressão origina-se do francês, o verbo *réveiller* significa despertar. Desde que o calendário gregoriano foi promulgado pelo papa Gregório XIII em 1582, o ano novo é festejado na passagem do dia 31 de dezembro para o dia 1º de janeiro. Ao longo da história, antes da adoção do calendário gregoriano, a passagem de ano já foi comemorada em outras datas geralmente alusivas aos ciclos lunares, bem como festejando uma nova colheita de grãos e frutos. Nesses casos, a data não coincidia com o dia 31 de dezembro. Hoje, o calendário gregoriano é adotado pela maioria dos países do mundo, com raras exceções.

No Rio de Janeiro o show pirotécnico na praia de Copacabana apresenta-se como o ápice da comemoração. Os hotéis ficam lotados de turistas, e as festividades iniciam-se na manhã do dia 31. Instaure-se na cidade um clima eufórico e, no meio de toda essa balbúrdia, pouco importa saber as origens da festa, sua história ou o que quer dizer *réveillon*. Mas sim a vivência intensa do momento, o desfrutar e compartilhar emoções, o estar junto. Daí, toda uma sorte de permissividades passam a fazer sentido, seja o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o uso de drogas ilícitas, ou o sexo casual. O que vale é desfrutar ao máximo aquela ocasião.

A efervescência, a anomia e a proximidade do excesso são uma prática recorrente na história humana, onde há momentos em que esse limite fica evidente. Dentro da euforia do *réveillon*, potencializada midiaticamente, uma linha tênue entre a alegria e a tragédia persegue as pessoas. Bons ou maus, esses vários acontecimentos só fazem sentido no contexto de grandes aglomerações peculiares aos megaeventos.

A intenção de focarmos nossa análise no *réveillon* deve-se ao fato de existirem poucos estudos sobre esse festejo sob um viés comunicacional e sociológico. Além do que, os rituais são importantes momentos por meio dos quais podemos entender os principais aspectos de uma sociedade e suas manifestações. Sendo assim, certa dose de ineditismo serve de motivação, além de contribuir com o conjunto de trabalhos já realizados sobre megaeventos na cidade do Rio de Janeiro.

A evolução urbana da metrópole carioca está intimamente ligada à realização de eventos com significativa projeção midiática. A primeira grande reformulação espacial pela qual a cidade passou, no início do século XX, foi a Reforma Passos. Realizada na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, o “Bota Abaixo” – como ficou conhecido – operou profundas modificações no Centro da cidade, com inúmeras demolições do casario antigo que havia nas imediações da rua do Ouvidor e da praça XV. Uma verdadeira ruptura com a dinâmica de vila colonial suja e insalubre. A partir daí uma cidade com ares mais cosmopolitas, alinhados aos anseios da elite local, começa a ganhar forma. O ápice desse reordenamento urbano se deu com a abertura da avenida Central, que tornou-se o epicentro da cidade rendendo-lhe a alcunha de “Paris dos Trópicos”, em alusão ao estilo arquitetônico clássico das construções que muito se assemelhavam às da capital francesa.

Em 1908 o Rio sediou a primeira Exposição Nacional e, posteriormente, a Exposição Internacional de 1922. Seria a primeira vez que a nova capital da República abrigaria um acontecimento de projeção mundial. Para tanto, o prefeito Carlos Sampaio realizou mais algumas intervenções no Centro, onde o arrasamento do morro do Castelo e a remoção de favelas que ali existiam foram emblemáticos. Desse momento em diante, definitivamente, o Rio se insere na dinâmica capitalista e abre-se para o mundo como polo atrativo de investimentos e megaeventos.

Ao final da década de 1930, durante a gestão do prefeito Henrique Dodsworth, tivemos a abertura da avenida Presidente Vargas, inaugurada no início dos anos 1940 sob a vigência do Estado Novo varguista. Uma espécie de “novo Bota Abaixo” que se dá em outra parte do Centro e, como tal, destrói dezenas de quarteirões, inclusive a antiga praça XI. Paulatinamente, com essas reformas espaciais, o Rio foi apagando, ou melhor, desfazendo seus vínculos com o passado. As formas barrocas curvilíneas deram espaço à fixidez dos edifícios “caixotes” de ângulos retos. O bonde passou a dividir as ruas com os automóveis, ônibus e

lotações. As linhas de trem da estação Central do Brasil expandiram-se chegando a outros pontos do subúrbio. Copacabana despontava como o novo eldorado carioca, o bairro praiano de comércio refinado e o culto ao estilo de vida à beira-mar. Assim, a cidade crescia em busca de uma atmosfera de modernidade, pelo menos no que diz respeito à estética.

Mas o “progresso” também nos trouxe alguns problemas peculiares aos grandes centros urbanos. No caso do Rio, o principal deles é a violência ligada à criminalidade. Com o aumento do poderio bélico e financeiro das facções do tráfico de drogas, a partir dos anos 1970, as guerras entre narcotraficantes por pontos de vendas de drogas, bem como os assaltos, furtos, sequestros e outros delitos, renderam ao Rio – na década de 1990 – a alcunha de “cidade partida”. As diversas mídias que cobrem o dia a dia da metrópole repercutiam isso obsessivamente. O uso de termos como “poder paralelo” e “Estado paralelo” para se referir à territorialização imposta pelo tráfico de drogas, bem como “cidade em guerra” ou “guerra do Rio” fazendo menção aos conflitos que ocorriam nos mais diversos pontos da cidade, eram uma constante no noticiário local.

Hoje, no entanto, desde que foi confirmada como cidade-sede de dois dos maiores megaeventos de projeção mundial – a Copa e as Olimpíadas – a abordagem dos meios de comunicação de massa sobre a violência no Rio vem mudando rapidamente. A cidade transformou-se em um grande canteiro de obras a fim de se adequar às exigências que certames dessa magnitude demandam. Novas vias expressas ligando a Zona Oeste ao Aeroporto Internacional e à avenida Brasil, tais como a TransOlimpíca, a TransCarioca e a TransOeste; a ampliação do Metrô à Barra da Tijuca, passando pelo Leblon; a reforma do Maracanã e de todo o seu entorno; a implantação dos corredores expressos de ônibus (BRT); a construção do Centro Olímpico de Treinamento; e a revitalização da região da praça Mauá (projeto Porto Maravilha). São obras que modificam a cidade, notadamente a Zona Oeste, região para onde o Rio mais tem crescido nos últimos anos e que receberá grande parte dos eventos das Olimpíadas em 2016.

Novamente o Rio de Janeiro reconfigura-se sob uma ótica semelhante à dos “Bota Abaixo” do passado que ligavam o “novo” ao progresso e o “velho” ao atraso. A cidade passa por um amplo programa de reformas urbanas com vistas à Copa do Mundo de Futebol e às Olimpíadas. Mas que, acima de tudo, visam à construção de um novo Rio.

No âmbito da segurança pública está em curso a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora em favelas consideradas de alta periculosidade. Um programa exaustivamente explorado pelo governo estadual nos meios de comunicação. Concomitantemente à expansão das UPPs, o slogan da “pacificação” tem ocupado amplo espaço no noticiário nacional, relegando ao passado a imagem de cidade violenta e insegura. Desde então temos observado uma rápida mudança sobre a abordagem da violência urbana no Rio de Janeiro.

Esse foi o fio condutor que nos motivou a idealizar este trabalho. Para tanto, o dividimos em quatro partes. Na primeira traçamos um histórico da evolução urbana do Rio, desde a Reforma Passos até as intervenções pelas quais a cidade passa hoje com vistas à Copa e às Olimpíadas. Na segunda parte debatemos a conceituação de megaevento, bem como a questão do “estar junto”, sob a ótica de Maffesoli e Sennett. Num terceiro momento, estabelecemos um breve histórico das comemorações de ano novo na cidade do Rio de Janeiro. Assim, entramos no quarto e último capítulo desta dissertação, onde nos dedicamos a um estudo de caso, analisando mais detidamente a abordagem do jornal *O Globo* sobre o *réveillon* carioca a partir de 2007 até 2013, entre os dias 27/12 e 03/01.

A escolha do intervalo 2007-2013 deve-se ao fato de que, em dezembro de 2006 traficantes realizaram uma série de ataques pela cidade. Alvejaram policiais e civis; incendiaram ônibus e fuzilaram edifícios públicos. Esse episódio foi intitulado pelo *O Globo* como “A guerra do Rio”. Na outra ponta, a opção pelo *réveillon* de 2013 noticiado pelo jornal como o ano novo do Rio na “era de ouro” nos dá uma amplitude maior de análise, a fim de captarmos como tem se dado essa rápida mudança de discurso do jornal *O Globo* sobre a violência na cidade, por meio do *réveillon*.

Optamos por uma mídia impressa, o jornal *O Globo*, pela maior facilidade de se acessar os dados de que precisávamos, num exíguo espaço de tempo. A observação de um veículo de projeção nacional e internacional como *O Globo*, deve-se ao fato de ser o principal jornal impresso do estado do Rio – atualmente – e um dos mais lidos no país. Com uma média de 296.960 exemplares vendidos por dia (*O Globo*, 29/01/2011), suas narrativas têm um alcance que além de contribuir com a opinião pública do Rio de Janeiro, influenciam um imaginário acerca do *réveillon* e dos problemas da cidade.

1 A CIDADE EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

1.1 Rio de Janeiro

Nada é permanente, exceto a mudança.

Heráclito

Parado na Cinelândia de frente para o Theatro Municipal vejo à esquerda a Câmara dos Vereadores, à direita a av. Rio Branco e a Biblioteca Nacional. Ao girar, desloco o olhar para o que hoje é o Aterro do Flamengo e imagino como devia ser aquela paisagem quando ali existia o Palácio Monroe. O campo imagético formado por essas construções clássicas nos narra um Rio que passou. Uma cidade que nasceu no porto, se estabeleceu como epicentro geopolítico do Brasil e foi modelada ao gosto de uma elite que ansiava deixar para trás aspectos coloniais e assumir formas que expressassem seu alinhamento à modernidade.

Ao caminharmos, hoje, pelo Centro do Rio de Janeiro, o contraste entre essas construções clássicas e os contemporâneos edifícios revestidos em vidro impõe-se quase que de forma agressiva ao olhar do observador. Uma cidade em permanente construção, que tem na unidade dessa região central diferenças refletidas em todo o seu tecido urbano.

O Rio do século XIX, síntese do Brasil pós-colonial, era o local que congregava a maior quantidade de ricos da nação recém-nascida. Como porto importador, reunia um comércio refinado, vitrines luxuosas, afirmando-se como polo atrativo dos emergentes da época. Mas, *a priori*, essa cidade não era motivo de orgulho nem tampouco maravilhosa. O Rio utopia, cheio de encantos mil, parafraseando a marcha composta por André Filho para o carnaval de 1935, se constrói a partir do início do século XX pelo então prefeito Francisco Pereira Passos.

Numa tentativa de renegar o passado colonial, a capital teve o seu centro amplamente modificado. As vielas estreitas de trajeto irregular deram lugar a quarteirões planejados e cortados pela avenida Central, que reunia em sua extensão os elementos de desconexão com o passado. Daí a capital cresceu margeando a

baía de Guanabara através da avenida Beira Mar, passando pelo bairro do Flamengo até a enseada de Botafogo.

O Rio do século XIX foi apenas convincente. Foi quando a lagarta colonial rompeu a crisálida e converteu-se na Paris dos Trópicos de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, no início do século XX, que o Rio, a Cidade Maravilhosa, serviu de suporte para a construção da autoestima brasileira. (LESSA, 2005, p. 67)

A nova cidade que nasceu a partir daí passou a ser o microcosmo do Brasil, incorporando elementos do exterior, notadamente franceses. Afinal, se queríamos construir uma civilização dos trópicos, não podíamos ter uma capital que nos remetia a um passado de possessão lusitana. Era necessário concebê-la nos padrões dos grandes centros mundiais, Paris era o modelo a ser seguido.

A capital tende a cumprir um papel de cartão de visita da nacionalidade de um país, vanguarda e laboratório da civilização nacional. Pelo Rio, o Brasil se articulou e continua se articulando com os principais centros do mundo. Espectro da imagem brasileira no exterior, o Rio de Janeiro desde essa época também se impôs como foco formador e irradiador de opinião pública para a nação, exercendo sua função de “capitalidade”.

Por capitalidade entendo um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma abertura maior a novas ideias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recebe. Este conjunto simbólico identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. No caso do Rio de Janeiro, a sua capitalidade tornou-se um dos elementos mais ricos de sua tradição, sendo uma de suas maiores referências simbólicas. (AZEVEDO, 1998, p. 45)

Encarado pelos brasileiros como um resumo das características nacionais, a metrópole fluminense é um espaço aberto a todos que aqui chegam de outros estados e até de outros países. O ser carioca está além da naturalidade, é encarado como um estilo de vida, algo assimilável pela adoção de modismos e gírias. Assim, podemos dizer que não é preciso ter nascido ou morar no Rio para ser carioca.

No Brasil, no período estudado, esse papel de metrópole-modelo recai sem dúvida sobre o Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros

quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrama sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel de capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. (SEVCENKO, 2008, p. 522).

Esse estado de espírito do carioca deu à cidade um ar de receptividade e cordialidade. Mas como mostrar ao mundo as modificações aqui operadas? Era necessário atrair a atenção, deslocar o foco para a capital reformulada. Em 1908 o Rio de Janeiro realizou a primeira Exposição Nacional, com o objetivo de mostrar ao mundo o que a nação produzia. Porém, é com a Exposição Internacional de 1922 que a cidade, de fato, sedia um megaevento de amplitude internacional, nos inscrevendo definitivamente no cenário mundial. Para tanto, mais uma série de modificações foram realizadas no Centro, tendo no desmonte do morro do Castelo a principal delas. É nesse momento, durante a gestão do prefeito Carlos Sampaio, que a administração pública adota um viés mais financeiro e lança a marca Rio internacionalmente como um polo atrativo de megaeventos e negócios, tal e qual Londres, Paris ou Nova Iorque. Constrói-se assim uma vocação da cidade que, não só àquela época como hoje em dia também, recebe inúmeros megaeventos.

1.2 A construção da Cidade Maravilhosa

No início do século XX, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), o centro da cidade do Rio de Janeiro passou por extensas modificações. Milhares de casas e cortiços foram demolidos, ruas foram pavimentadas, culminando com a abertura da avenida Central e da avenida Beira Mar. Muito mais do que modificações espaciais que visavam à higiene e à salubridade local, o “Bota Abaixo” elevou o Rio a um novo patamar, de cidade colonial à cidade capitalista. Estabelecendo uma nova relação entre os habitantes e o espaço. As modificações que a Reforma Passos fez na cidade foram muito além da estética pura e simples, elas suscitaram um novo tipo de sociabilidade, incentivaram o cidadão a sair às ruas e viver a urbes.

Iniciada com o propósito de revitalizar a zona portuária a fim de tornar a cidade mais competitiva economicamente no cenário mundial, as intervenções do prefeito Passos espalharam-se por todo o Centro do Rio, um verdadeiro programa de reforma urbana. À época, o maior e mais movimentado porto da América do Sul era o de Buenos Aires, assim, era preciso agilizar o processo de importação e exportação de mercadorias na cidade, que ainda apresentava estrutura colonial pela falta de um porto moderno.

O Brasil, como principal produtor de café do mundo, não podia ter uma capital insalubre que mais lembrava uma vila com ares coloniais. Fazia-se necessário intervir esteticamente na cidade, criar uma capital que expressasse os valores cosmopolitas modernos das elites nacionais. Dessa forma, a Reforma Passos guiou-se por dois eixos principais: salubridade e estética. O combate à mendicância e a demolição de cortiços da área central estabeleceram um novo código de conduta na cidade. A erradicação das doenças que assolavam o Rio: febre amarela, tifo, peste bubônica e varíola; bem como a abertura de largas avenidas, concursos arquitetônicos para a construção de edifícios e o alargamento das principais artérias do Centro, refletiam a nova imagem que o Rio de Janeiro queria passar para o mundo.



Foto 1 - Avenida Central, Rio de Janeiro, início do século XX.
Fonte: www.rioantigo.buzznet.com

A avenida Central tornou-se um verdadeiro palco, uma passarela aonde se ia para notar e ser notado. Com um comércio refinado, lojas de moda, de tecidos e livrarias.

As melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas-Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Theatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados. (ABREU, 1987, p. 63)

A avenida, como se vê, operava como o principal índice simbólico da cidade, irradiando com suas fachadas de cristal e mármore, suas vitrines cintilantes, os modernos globos elétricos da iluminação pública, os faróis dos carros e o vestuário suntuoso dos transeuntes, mudanças profundas na estrutura da sociedade e cultura. (SEVCENKO, 2008, p. 545)

O hábito de sair às ruas, caminhar pela cidade tornou-se uma prática cultivável, a modernização do espaço também implica a modernização de costumes. A Reforma Passos além de operar uma série de modificações urbanísticas na cidade refletiu-se numa reformulação de hábitos dos cidadãos. Nesse sentido, a imprensa tinha um importante papel, agindo educativa e disciplinarmente, a partir do momento que transmitia um padrão de comportamentos condizentes com o *status* de metrópole e disseminava os valores da vida moderna.

Obras de embelezamento também marcaram a Reforma Passos, com intervenções paisagísticas na praça XV, no largo da Glória, no largo do Machado, no Passeio Público, na praça XI e na praça Tiradentes, reformulando seus jardins e instalando nesses locais estátuas de heróis nacionais.

Mas nem tudo eram flores, as pessoas desalojadas do casario demolido para a construção da avenida Central e o alargamento de outras vias, passaram a ocupar as favelas do Centro, notadamente os morros da Providência, São Carlos e Santo Amaro. Outros foram para os subúrbios mais próximos da região central, como: Engenho Novo e Inhaúma. Ao mesmo tempo em que o “Bota Abaixo” representa para o Rio de Janeiro a superação das contradições da cidade colonial, ele inaugura outras, agora materiais. O aprofundamento das relações capitalistas na “nova capital” começou a expulsar do Centro a população pobre. Ao mesmo tempo, o avanço da indústria e a abertura de postos de trabalho na construção civil atraíam habitantes das zonas rurais para a cidade.

A situação da classe pobre era, pois, muito precária, apesar da existência de trabalhos bem remunerados no Rio atualmente. Mas por isso mesmo chegam diariamente, de todos os lugares circunvizinhos, camponeses que trocavam seus serviços na roça por ocupações de operário... A população pobre aumentou sem que aumentasse o número de casas. (BACKHEUSER, 1906)

Toda essa onda de modernidade pela qual o Rio passou na primeira década do século XX incorporou um novo repertório de ações e representações. Nele, manifestava-se, com destaque, a capacidade de produzir eventos internacionais, expressando organização e receptividade. Ao mesmo tempo, exibiam a nova cidade que se projetava a partir das intervenções urbanísticas de Pereira Passos.

O primeiro teste que o Rio passou como possível modelo de metrópole foi a Exposição Nacional de 1908, em comemoração ao centenário da abertura dos portos às nações amigas. O primeiro megaevento realizado na cidade reuniu expositores de todo o Brasil e também de Portugal.

1.3 1908: o início de uma trajetória

Ao pensarmos em megaeventos, percebemos que, em geral, eles se inscrevem definitivamente na história da cidade na qual acontecem, alterando seu status quo.

Freitas e Fortuna, 2009, p. 108

A Exposição Nacional de 1908 tinha como objetivo mostrar os produtos fabricados no país e também ostentar a nova cidade do Rio de Janeiro ao mundo. A capital acabara de sofrer intervenções radicais entre 1902 e 1906. O evento de 1908, mesmo sendo nacional, inspirou-se nas grandes exposições universais e exibiu a produção da indústria, ampliando mercados e apresentando a nova cidade. A Exposição de 1908 seria uma ótima oportunidade do país, e especialmente do Rio, testar se estava preparado para receber eventos de grande porte e, sobretudo, se seria convincente na promoção das suas tecnologias, artes e indústrias em geral. Essa aprovação alçaria sua produção a um nível mais importante e respeitado, abrindo portas para, 14 anos mais tarde, finalmente abrigar uma exposição internacional (LEVY, 2008, p. 68).

O Brasil precisava se firmar como nação republicana e, nesse imaginário, era necessário modificar as cidades e provocar legados para o futuro na forma de edifícios, novas avenidas e aterros. A Exposição de 1908 serviu como mais um teste para esse propósito, visto que o prefeito Passos já havia provado que a cidade, a

despeito de estar nas Américas e de sua pobreza, poderia alcançar ares de metrópole europeia.

Antes das intervenções urbanas construídas em nome da Exposição Nacional, era difícil caracterizar a praia Vermelha/Urca como um bairro separado de Botafogo, pois na área descampada só havia a Fortaleza de São João, a Escola Militar, o Hospício Pedro II e as obras do Instituto Benjamin Constant. Apesar da efemeridade da proposta, a praia Vermelha e a Urca caracterizam-se como bairro a partir desse momento.

Se a Reforma 1902/1906 investiu na construção da avenida Beira Mar, que dava um tratamento paisagístico a todo o contorno da baía de Guanabara até Botafogo, a Exposição de 1908 ampliava essa intervenção até os terrenos da praia Vermelha, incorporando-os ao mesmo tratamento urbanístico e arquitetônico atualizado. (LEVY, 2008:9)

O ecletismo estimulou boa parte das obras construídas para a Exposição, com grandes prédios, palácios e pavilhões, tentando mostrar a cidade como capital moderna e civilizada. O orgulho do nacional, caráter essencial da exposição, tomou conta do certame de 1908, apesar de o Brasil ainda viver sob a égide da arquitetura e dos valores europeus. O país já mostrava sua riqueza baseada na diversidade cultural.



Foto 2 - Exposição Nacional de 1908 – praia Vermelha, bairro da Urca.
Fonte: www.patrimoniointustrialbrasil.blogspot.com

À época, os prédios foram, à sua maioria, construídos em madeira e estuque o que, apesar de oferecer ao visitante a aparência de perenidade, não significava permanência no ambiente para além do evento. As construções efêmeras na praia

Vermelha não impediram, no entanto, uma maior viabilização do bairro, acrescentando alguns novos pontos turísticos à cidade. A exposição foi dividida em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoral, Indústrias e Artes Liberais.

A Exposição possuía a Porta Monumental, o Palácio dos Estados, o Palácio da Indústria, o Pavilhão das Máquinas, o Palácio das Artes Liberais, o Palácio da Viatura, os cinco pavilhões construídos pelos estados de São Paulo, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina; o único pavilhão estrangeiro, o Palácio Português e seu anexo, e pavilhões de empresas privadas, sendo o principal o da Fábrica Bangu. A área de recreação possuía, entre outras atrações, um teatro de variedades, uma pista de patinação e um cinematógrafo. (LEVY, 2008, p. 86)

A Exposição de 1908 ficou aberta durante três meses e hospedou pavilhões de boa parte do Brasil e o Palácio Manuelino de Portugal, recebendo mais de um milhão de pessoas. Apesar das doenças que ainda acometiam severamente a população, o Rio de Janeiro mostrava o início da sua marca de cidade-espetáculo que se consolidaria ao longo das próximas décadas.

1.4 Abrindo-se para o mundo

Durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, o Rio recebeu um dos maiores eventos desse período: a Exposição Internacional de 1922. Que comemorava o primeiro centenário da Independência do Brasil, ensejando um debate e uma transformação profunda na arquitetura carioca, provocando novas leituras de arquitetos de diferentes origens. É dessa época a concepção e elaboração do Plano Agache¹ para a remodelação da cidade que, futuramente, nos anos 1930 durante o primeiro governo Vargas, perdeu-se num emaranhado de injunções políticas e não saiu do papel.

A Revolução de 1930 'arquivou' o Plano Agache. As contradições por ele levantadas não poderiam, entretanto, ser arquivadas, posto que eram reais e precisavam ser enfrentadas pelo novo momento de organização social que se implantava no país. Paradoxalmente, a fórmula apresentada por Agache para a resolução dos problemas da República Velha – ou seja, a intervenção do Estado no processo de reprodução da força de trabalho

¹ De autoria do arquiteto francês Alfred Agache.

urbana – se constituirá na mola mestra que o novo regime de Getúlio Vargas implanta no país. (ABREU, 1987, p. 90)

Voltando ao debate acerca do certame de 1922, alguns órgãos de imprensa da época associavam a obra de demolição do morro do Castelo e a realização da exposição como uma justificativa legítima para a extirpação dos horrores ali presentes, como as doenças e a miséria. Para outros veículos de comunicação, o fim do morro representava a vitória da burguesia sobre o trabalhador. Esses acreditavam que a verdadeira cidade estava sendo camuflada e obrigada a se afastar de seu local de origem. O fato é que efetivamente o Centro da cidade mudou com novas ordens de deslocamentos e de aglomerações.

Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal à época, entendeu a cidade como meio de comunicação. Sendo assim, era preciso desenvolver um cenário próprio que transmitisse ao mundo a nova imagem que se queria passar da capital. A demolição do morro do Castelo e o conseqüente aterro da área – localizada entre a praia de Santa Luzia e a enseada da Glória – onde se instalou a exposição aprofundaram o novo ordenamento urbano, expulsando a população pobre que ainda habitava o Centro.



Foto 3 - Vista aérea. À direita, o morro do Castelo sendo desmontado para a realização da exposição. À esquerda, o aterro do desmorte, onde seriam levantados os pavilhões e que décadas depois daria origem ao aeroporto Santos Dumont.

Fonte: www.forum-numismatica.com

Longe da miséria, Sampaio optou pela via financeira, para que o Rio passasse a ser competitivo nos negócios de uma forma geral. A nova estética proposta implicava situar, de forma definitiva, a cidade na lista internacional de grandes sedes de eventos e negócios, tal e qual Londres e Paris. Uma moderna organização urbanística integrada às da Reforma Passos, valorizando ainda mais a região central da cidade.

É curioso lembrar que, até 1970, era comum os cidadãos chamarem o centro de 'cidade'. A 'cidade' era um bairro, o Centro. Lá estava toda a simbologia arquitetônica e financeira dos possíveis significados de cidade grande. (FREITAS, 2011)

A abertura da exposição ocorreu em 7 de setembro de 1922, encerrando-se na primeira semana de julho de 1923. Foi uma verdadeira “vitrine” do progresso e um espelho da autoimagem cosmopolita, europeizada e moderna confeccionada para aplacar as ansiedades da elite local desejosa de exibir uma cultura tropical civilizada aos olhos estrangeiros. O certame de 1922 pode ser considerado a imagem da cidade limpa e civilizada que se buscava desde a Reforma Passos iniciada há 20 anos.



Foto 4 - Porta monumental da exposição, ao final da avenida Central. À esquerda, o Palácio Monroe. Desta fotografia o obelisco é a única construção que ainda existe.

Fonte: www.brasilcult.pro.br

O local onde o megaevento se concentrou tinha como referência a avenida das Nações, que se estendia do Palácio Monroe até a Ponta do Calabouço. Uma área que hoje compreende o Passeio Público, a avenida Presidente Wilson, o início do Aterro do Flamengo, o Aeroporto Santos Dumont e o Museu de Arte Moderna (MAM).

O Hotel Glória foi construído especificamente para hospedar os convidados ilustres e o Copacabana Palace também foi projetado com essa finalidade embora só tenha sido efetivamente inaugurado em 1923. (JAGUARIBE, 2011)

O importante a se destacar desse episódio é que pela primeira vez o Brasil sediava um megaevento de amplitude internacional, que lançava definitivamente o nome e a imagem do Rio no cenário mundial. Também marcou o primeiro *branding* pelo qual passou a cidade, iniciado na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, ele alcançou seu clímax durante a gestão de Carlos Sampaio.

1.5 As décadas douradas

O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade com uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como o formulou Gilberto Freyre, numa cidade panbrasileira.”

Sevcenko, 2008, p. 522

Dos anos 1920 aos 1960 o Rio experimentou um período de prosperidade e acúmulo de prestígio. A cidade aumentou suas dimensões espaciais crescendo à margem da baía de Guanabara em direção à Zona Sul. Copacabana despontava na década de 1950 como a “princesinha do mar”, a avenida Atlântica sinalizava um novo padrão arquitetônico com os edifícios à beira-mar delimitados por um calçadão que serviu (e ainda serve) de inspiração a muitos artistas.

Desde a década de 1920, Copacabana iniciou sua verticalização com edifícios que permitiam expandir o olhar pelo horizonte. As coberturas ganharam destaque nesse cenário, proporcionando a sensação de ter o mar aos seus pés dentro de casa. O centro parisiense perdera espaço para o bairro praiano que concentrava serviços sofisticados ao longo da avenida Barata Ribeiro. O hotel Copacabana Palace atraía turistas de todas as partes do mundo. A partir do esplendor da “princesinha do mar” o Rio deixou pra trás a alcunha de Paris dos Trópicos para ser simplesmente Rio, ícone moderno não colonial, a metrópole de roupa de banho, polo que emanava o novo padrão cultural do Brasil.

A figura do carioca, o malandro criativo, receptivo às diferenças e que faz da rua uma extensão do seu quintal, surge nesse contexto de afirmação da cidade como farol político e cultural da civilização dos trópicos.

O carioca como personagem é cordial, habita uma cidade maravilhosa, civilizada, sem medo e que elimina qualquer temor ao visitante. O atraso, a sujeira e a pestilência já estavam exorcizados. Ao progredir, a confiança que os brasileiros depositam no país tenderá a valorizar o habitante da cidade-testemunho da capacidade do país de acercar-se ao futuro. (LESSA, 2005, p. 263)

Como capital, o Rio era sede dos principais bancos em operação no país, de grandes empresas e de órgãos governamentais, julgava estar no rumo da prosperidade. No início dos anos 1940, durante o Estado Novo, o prefeito Henrique Dodsworth abriu a avenida Presidente Vargas, rasgando o Centro da cidade com uma via de 2.040m de extensão por 80m de largura. Demoliu 525 prédios antigos e acabou com a praça XI. Foram construídos: a Estação Ferroviária da Central e o novo Ministério da Guerra. Outra cisão radical com a “velha” cidade. Posteriormente, a Esplanada do Castelo, o Aeroporto Santos Dumont e o Elevado da Perimetral apagaram da memória os pontos de fundação da cidade, que nasceu na faixa litorânea compreendida entre a praça Mauá e a praça XV. As praias que ali existiam foram todas aterradas dando espaço ao concreto e ao asfalto, no que hoje é a avenida Rodrigues Alves. A Pedra do Sal, no largo de São Francisco da Prainha, aos pés do morro da Conceição, marca até onde o mar chegava nessa região da zona portuária.

Desde a Reforma Passos a evolução do espaço urbano carioca deixou exposta uma cidade estratificada e geograficamente segregada. Após a Segunda

Guerra Mundial as classes altas dirigiram-se à “nova” Zona Sul, mais especificamente para os bairros de Copacabana e Ipanema. As classes médias fixaram-se na “velha” Zona Sul e em parte da Zona Norte (Botafogo, Glória, Flamengo e Tijuca). Os estratos sociais menos abastados seguiram o caminho do subúrbio. As contradições socioespaciais no Rio acompanharam historicamente o crescimento da cidade.

O crescimento populacional das áreas periféricas da cidade está intimamente ligado a quatro fatores determinantes: as obras de saneamento realizadas na década de 30 pelo DNOS (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense); a eletrificação da Central do Brasil, a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e a abertura da avenida Brasil, em 1946. (ABREU, 2008, p. 107)

A eletrificação das linhas férreas possibilitou a ocupação desses subúrbios diminuindo a distância entre residência e trabalho. Segundo Mauricio Abreu (2008), durante os anos 40 e 50 indústrias de médio e grande porte instalaram-se ao longo das ferrovias: a General Electric, em Maria da Graça; a Cerâmica Klabin, em Bonsucesso; a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, em Del Castilho; a Gillette do Brasil, em Benfica; o Cimento Branco, em Irajá; as indústrias químicas, em Honório Gurgel; a Companhia Progresso Industrial, em Bangu; a Fábrica Estrela, em Inhomirim; e a Fábrica Nacional de Motores, no distrito de Xerém (município de Duque de Caxias).

Nada parecia conseguir deter o progresso dessa cidade, mesmo os mais cautelosos tinham certeza do próspero caminho que o futuro nos reservava. O desenvolvimento da indústria atraía um grande contingente populacional para a metrópole carioca, no início dos anos 1930 a população do Rio era estimada em 1.400.000 habitantes. Ao final dos anos 1950 essa população já havia superado 2.500.000 habitantes. A cidade que recebia, basicamente, imigrantes dos estados mais próximos, com a abertura da rodovia Rio-Bahia (BR-116) passou a receber também imigrantes oriundos do Nordeste que chegavam à cidade atrás de trabalho nas indústrias, e ansiosos por desfrutar a vida na capital (ABREU, 2008).

1.6 Brasília, ditadura militar e a crise econômica

[...] a intenção das facções era separar a política da história, a fim de tornar os círculos dirigentes imunes à pressão crescente das tensões sociais. Era um modo de privatizar a política, distanciando-a da cena pública.
Sevcenko, 2008, p. 619

Após décadas de prosperidade o Rio foi perdendo paulatinamente o prestígio político, e isso se projetou diretamente na economia local. O primeiro alicerce a se romper foi a perda do *status* de Distrito Federal, devido à transferência da capital para Brasília em 1960. Com o seu peso político atrofiando, um grave esvaziamento econômico assolou a metrópole alcançando, na década de 1980, o seu pior momento. Dessa forma, a mesma Cidade Maravilhosa que refletia as potencialidades da nação, passou a testemunhar, agora, seu desequilíbrio socioeconômico e o aprofundamento de desigualdades de toda sorte.

O declínio da participação econômica do Rio de Janeiro no PIB brasileiro é concomitante à industrialização do país. À medida que São Paulo se fortalecia como grande centro industrial da nação, o Rio estagnava economicamente. A hegemonia paulista no que diz respeito à concentração de um parque industrial metal-mecânico fez com que o Rio ficasse muito dependente das atribuições de capital e dos benefícios que angariava a partir disso, pois, como sede administrativa do governo federal, obtinha vantagens por concentrar um grande número de trabalhadores estáveis (servidores do Estado) com alto poder aquisitivo.

Durante o Estado Novo, indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e a Refinaria Duque de Caxias foram instaladas propositalmente pelo governo federal com o fito de atenuar o desequilíbrio à estrutura industrial paulista. O elevado preço dos terrenos na Guanabara era um obstáculo à atração dessas fábricas, principalmente nas proximidades do Centro da cidade.

Antes da Primeira Guerra, a maioria das indústrias estava no bairro de São Cristóvão e nos arredores do porto. Depois, expandiram-se a partir das linhas de trem oriundas da Central em direção aos subúrbios. A partir de 1946, com a abertura da avenida Brasil, multiplicaram-se às suas margens grandes indústrias e galpões

de depósito. Após a Segunda Guerra, as fábricas tomam o rumo da Baixada Fluminense.

Toda a área próxima à avenida Brasil foi destinada à localização fabril, além de armazéns, oficinas, garagens, respeitando-se apenas terrenos de propriedade militar. Mas essa destinação natural não foi disciplinada a tempo, pois a participação maior do transporte rodoviário no Brasil somente se verificou na década de 1950, tendo havido alguma antecipação pela ocupação de vastos terrenos por favelas. (ABREU, 2008, p. 103)

Com o intuito de alavancar o desenvolvimento industrial da Guanabara, o governo estadual – no período da ditadura militar – deu início à instalação dos distritos industriais em terrenos adequados e baratos, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Na década de 1970 eram nove os distritos instalados no Rio de Janeiro – Santa Cruz fora o principal deles. Houve atração de novas empresas, mas, de uma forma geral, o que prevaleceu foi a realocação de indústrias já existentes.

Preocupado com a excessiva hegemonia econômica de São Paulo, o governo militar, na gestão do presidente Ernesto Geisel, realizou autoritariamente a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro em 1975. Mas, mesmo assim, a Região Metropolitana do Rio perdeu importantes unidades industriais, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi a principal delas. Com a crise econômica dos anos 80 e a moratória parcial do Brasil em 1982, ficou nítido o fracasso do milagre econômico ventilado pelo governo militar, bem como a desventura da retomada da industrialização do Grande Rio a partir dos distritos industriais.

O produto regional contraiu-se 15% entre 1989 e 1992; em 1996 ainda não havia recuperado o nível absoluto de 1989. Houve uma modesta retomada de crescimento em 1998 e 1999. Entre 1991 e 1996 foram destruídos 180.000 empregos industriais no Rio de Janeiro – uma cidade não industrial. A mutilação do Estado brasileiro repercutiu sobre o Rio mais intensamente que em qualquer outra cidade. (LESSA, 2005, p. 14)

A realidade é que a mudança do Distrito Federal para Brasília foi subestimada pela população local, afinal quem iria querer trocar o “paraíso” pelo isolamento do planalto central? Não imaginávamos que quatro anos depois da inauguração da nova capital ocorreria um golpe militar que instalou um governo ditatorial e tinha todo o interesse em acelerar ao máximo esse processo de transferência da capital para longe da metrópole símbolo da nação e palco de manifestações políticas.

A perda da capital para Brasília também deixou um hiato no que diz respeito à representatividade política do Rio de Janeiro, pois como Distrito Federal estava acostumado a ter um prefeito da confiança do presidente. O carioca não valorizava o voto para deputado distrital (vereador), sendo assim não tinha um corpo político comprometido com os interesses regionais. A cidade acostumou-se a ter suas demandas atendidas em nome de um objetivo maior da nação, mas agora tinha que fazer valer os seus interesses desconectada do governo federal. Prova disso é que até hoje o carioca tem o hábito de culpar o “governo”, uma entidade vaga, pelos insucessos locais.

Concomitantemente a essa retração econômica e perda de identidade, a violência urbana passou a se impor como o principal problema da cidade a partir da década de 1990, com o aumento do poderio bélico das facções que dominavam o tráfico de drogas local. Se no século XIX o Rio tinha por estigma a sujeira nas ruas, sobre a qual graves epidemias assolaram a cidade, no final do século XX a progressão da criminalidade urbana nos conferiu a alcunha de “cidade partida”, fazendo alusão às profundas desigualdades sociais que separam a favela do asfalto, e os subúrbios da Zona Sul – região onde se concentram os estratos sociais mais abastados, em especial nos bairros de Ipanema e Leblon.

Por 197 anos o Rio de Janeiro ocupou o posto de Distrito Federal – 1763 a 1960. A transferência da capital para Brasília teve um efeito nefasto não só para a metrópole carioca, mas para todo o Brasil que jaz, desde então, sem uma cidade-identidade. Segundo Sevcenko, quando o decreto se cumpriu, em 1960, não foi casual ele coincidir com a difusão da TV. Afinal seria por meio dela que o público agora poderia, a distância, assistir ao espetáculo político de Brasília. A mudança foi completa. O Rio de Janeiro nunca mais foi o mesmo. Nem o Brasil.

1.7 De Paris do Trópicos a Miami da América do Sul

[...] quase no findar dos anos 60 surgiu a ideia de reorientar a dinâmica urbana, que se movia em direção à Baixada Fluminense, para os territórios guanabarinós da Zona Oeste e das baixadas de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. O Rio realizaria, nesses territórios, o seu feito equivalente a Brasília: duplicar a área urbana e infletir os eixos de expansão.

Lessa, 2005, p. 355

Nesse quadro pouco positivo, um novo eldorado de prosperidade e paz surgiu como a solução para todos os nossos problemas, o “bairro condomínio” Barra da Tijuca. Sonho pós-moderno da classe emergente que lá – supostamente – poderia viver longe das mazelas e dos perigos que o restante da cidade oferecia. Como se a vida em “enclaves fortificados”,² personificados pelo dueto condomínio/shopping center, fosse garantia de proteção e segurança.

O slogan “Sorria, você está na Barra!” subjetivamente nos diz: “Final, saístes do horror!”. O estilo de vida vendido na Barra da Tijuca é uma negação à própria cidade, pensada como lugar da contingência, do imponderável e do encontro. A vida em condomínios se choca justamente com o estilo de vida de uma cidade que prima – historicamente – pela convivialidade no espaço público. Essa é a essência do carioca.

Hoje, emular com Miami e Cancun faz a Barra da Tijuca reproduzir o típico condomínio fechado; com o espaço público privado do shopping center, as elites emergentes reiteram padrões imitativos, fetichizadas pelas grifes de prestígio mundial. (LESSA, 2005, p. 16)

Mesmo assim a Barra não deixou de lado a velha estrutura tradicional, ao estilo *Casa grande e senzala*,³ e utiliza-se da mão de obra dos pobres urbanos para satisfazer suas mordomias. Rio das Pedras, Tijuquinha, Terreirão e outras favelas que se multiplicam pelo Itanhangá, Recreio dos Bandeirantes e pela baixada de

² Expressão utilizada por Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), na obra: *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*.

³ Obra do sociólogo Gilberto Freyre publicada em 1933.

Jacarepaguá, abrigam essa mão de obra barata e pouco qualificada. Nesse ponto a nova elite emergente não é nada inovadora.

O sopro de alguma possibilidade de mudança veio em meados dos anos 2000 quando o Rio foi eleito cidade-sede dos Jogos Panamericanos de 2007. No que diz respeito à infraestrutura e ao funcionamento da metrópole, o Pan não a contemplou com grandes obras. Foram construídos alguns aparelhos esportivos como o Estádio Olímpico João Havelange, popularmente chamado de “Engenhão”, o Parque Aquático Maria Lenk, a Arena Multiuso, o ginásio do Maracanãzinho foi reformado, mas estruturalmente nenhuma obra que contemple o dia a dia da população do Rio de Janeiro foi realizada. Se Lima Barreto criticou o legado da Exposição Internacional de 1922, qualificando as obras para a sua realização como fachadas para “inglês ver”, que diria ele então do Pan 2007?

O grande legado deixado pelo Pan não se relacionou a grandes obras, mas sim ao resgate da autoestima do carioca. Serviu de impulso para mostrar ao mundo do que somos capazes, conforme manchetes do jornal *O Globo* de julho de 2007, mês em que o Pan foi realizado na cidade:

- ❖ Rio de Janeiro, gosto de você (13/7/2007).
- ❖ A volta das cadeiras nas calçadas (22/7/2007).
- ❖ Cariocas redescobrem o Rio em passeios a pé depois que anoitece (22/7/2007).
- ❖ Pesquisa: o Rio de alto-astrol (28/7/2007).

Não que durante o Pan os problemas da cidade relacionados à criminalidade tenham acabado, mas havia nas páginas dos jornais narrativas que apontavam para um novo cenário carioca. Segundo Maffesoli, “Existe, com efeito – é importante frisá-lo –, um vaivém constante entre os estereótipos da vida de todos os dias e os arquétipos, enraizados na memória coletiva, e muito bem ilustrados pelos mitos, contos e lendas” (2004:96). Contrera afirma que a mídia se utiliza de uma “forte estética do espetáculo” (2002:51). A autora propõe sua reflexão sobre a influência da imagem mercadoria e da informação mercadoria como ferramenta típica da cultura de uma sociedade do espetáculo. Sendo assim, a forma como sua imagem é veiculada torna-se fundamental para a construção de novas representações. Nesse sentido, o Pan foi o agente embrionário do *branding* pelo qual o Rio passa atualmente com vistas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Quando e como as cidades reinventam seus repertórios culturais e seu patrimônio simbólico? O acúmulo de capital simbólico das cidades depende, evidentemente, de uma gama de fatores entre os quais as expressões culturais sedimentadas pelo legado histórico, a força econômica e política da cidade, o investimento e presença do Estado, a dimensão global que a metrópole possui e também a ação do empreendimento capitalista que reinventa as cidades como arenas de consumo e espetáculo. Megaeventos como as Olimpíadas são certames icônicos que demandam uma agenda de remodelações urbanas. (JAGUARIBE, 2011, p. 2)

O crucial no processo de *branding* é vender uma imagem da cidade para que ela possa ser recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos. O primeiro *branding* pelo qual a metrópole fluminense passou, iniciou-se em 1902 com o “Bota Abaixo” de Pereira Passos e atingiu o seu clímax durante a Exposição Universal de 1922 quando da administração Carlos Sampaio. Naquele momento o Rio de Janeiro confirmava-se como uma cidade inserida definitivamente na dinâmica capitalista, aberta ao mundo e pronta para receber qualquer megaevento. A cidade preparou-se para esses certames, e recebê-los fazia parte de um processo de inserção e reconhecimento no mercado mundial. Afinal, comemorávamos o primeiro centenário de nossa independência e não podíamos nem queríamos mais ser vistos como colônia.

As reformas pelas quais a capital passou no início do século XX concentraram-se na região central, local que recebeu o megaevento de 1922. E hoje, praticamente um século depois, a cidade passa por um processo semelhante que atingirá o seu auge em 2016.

Novamente o Rio passa por um conjunto de reformas urbanas: o projeto Porto Maravilha, com vistas a reurbanizar a região da praça Mauá; a demolição do viaduto da Perimetral; a reforma do Estádio Mario Filho (o Maracanã); a expansão do metrô à Barra da Tijuca pela Linha 4, passando pelo Leblon; a construção de novas vias expressas – TransOeste e TransCarioca – para desafogar o trânsito da Zona Oeste; e a implantação dos corredores expressos de ônibus BRT na Barra da Tijuca. Além de programas na área de segurança pública com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Com isso, os governos estadual e municipal cumprem uma vasta agenda de exigências para receber megaeventos e com isso reconfiguram a cidade a fim de atrair novos investimentos. Podemos dizer que a Exposição Nacional de 1908 está para a Copa de 2014, assim como a Exposição Internacional de 1922 está para os

Jogos Olímpicos de 2016. As modificações que são realizadas na cidade terão o seu primeiro teste em 2014 quando será uma das sedes da Copa. Mas o principal são as Olimpíadas, dois anos depois. Um evento que se realizará inteiramente na cidade e nos dará uma projeção midiática como nunca houve antes. O Rio de Janeiro será a primeira cidade da América do Sul a sediar uma Olimpíada.

Mas, assim como a Exposição Internacional de 1922 concentrou-se na área central da cidade, os Jogos Olímpicos terão a maior parte de suas atividades realizadas na Barra da Tijuca. O bairro que mais cresceu nas últimas décadas, recebe um contingente populacional de alto poder aquisitivo, e é alvo de pesados investimentos da construção civil.

O Rio, hoje, é uma metrópole em busca de uma nova configuração, e a Barra é o retrato mais fiel disso por enfatizar a presença da competitividade global e de construções de alto nível. Como todas as cidades contemporâneas, o Rio de Janeiro precisa do não lugar; espaços instrumentais e funcionais que asseguram uma sensação de não pertencimento. De todos os bairros do Rio, a Barra da Tijuca é o que contém o maior número de não lugares tais como autopistas, shoppings, grandes hipermercados e parques. Assim como no passado as reformas realizadas no Centro expressavam a estética da *belle époque*, a Barra do século XXI é a região onde o *branding* global do Rio torna a cidade mercadoria para ser competitiva no mercado mundial.

2 ESTAR JUNTO

2.1 A sociabilidade nos megaeventos

É na sua mistura, na sua efervescência, no seu aspecto desordenado e estocástico, na sua comovente ingenuidade, que reside o interesse do vitalismo popular para nós.

Maffesoli, 2010, p. 78

Imerso na multidão que caminha pela avenida Lauro Sodré, em direção à praia de Copacabana, escuto alguns fogos de artifício. À minha esquerda está o shopping RioSul, à frente o Túnel Novo se impõe como um portal para outra dimensão. Duas pessoas, absolutamente desconhecidas, me oferecem cerveja. Recuso de pronto, motivado por certa desconfiança. Dentro do túnel, quase chegando à avenida Princesa Isabel, alguém começa a entoar um cântico e, como numa catarse coletiva, todos acompanham palavra por palavra: *“Adeus ano velho, feliz ano novo. Que tudo se realize no ano que vai nascer. Muito dinheiro no bolso, saúde pra dar e vender”*.

Naquele momento pouco importava a religião, a classe social ou a origem daquelas pessoas. Mas sim o agora, o presente e os sentimentos em comum ali compartilhados. Já em Copacabana, me destaquei da multidão e subi num hidrante para olhar do alto a horda que agia como um só corpo. Nessa ambiência que rouba o sentido de todo e qualquer individualismo, não somos mais eu ou você, mas sim um imenso nós. O tipo de convivialidade que surge numa situação dessas é resultado de um “paradigma estético” (Maffesoli, 2010), que só vivenciamos num megaevento. Ocasões onde se forma uma emoção coletiva arrebatadora que dá sentido a atitudes e rituais, não praticados num dia corriqueiro.

Partimos de uma breve descrição do início da noite do *réveillon* em Copacabana para dialogar acerca dos megaeventos e da aura gerada por eles. A história da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro está intimamente ligada aos inúmeros certames de grande projeção midiática realizados na capital fluminense. A Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922 – já citadas no

capítulo anterior – foram as primeiras. Depois, tivemos a Copa de 1950; as provas automobilísticas do Circuito da Gávea, de 1933 a 1954; quatro edições do Rock In Rio (1985, 1991, 2001 e 2011); corridas de Fórmula 1 (de 1978 a 1989) e Fórmula Indy (de 1996 a 2000), no extinto Autódromo de Jacarepaguá; a conferência ambiental Rio92; os Jogos Panamericanos de 2007; e a Rio+20 em 2012. Isso sem contarmos os shows realizados nas areias da praia de Copacabana com públicos que superam 1 milhão de espectadores, como os *Rolling Stones* em janeiro de 2006.

Contudo, os dois megaeventos mais identificados com a cidade, e realizados anualmente com grande inserção midiática, são o carnaval e o *réveillon*. Falar em Rio de Janeiro, com qualquer pessoa que não mora na cidade, implica quase sempre comentários sobre a queima de fogos do ano novo em Copacabana, ou sobre os desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí durante o carnaval. Duas ocasiões em que os hotéis da cidade alcançam – praticamente – sua lotação máxima.

A literatura sobre a definição do que é um megaevento não é muito vasta. De acordo com J. Brito e N. Fontes (2002, p. 59) um pequeno evento conta com até 20 participantes, um médio evento com 200 a 500 participantes e um grande evento com mais de 500 participantes. Quanto ao conceito de megaevento, são poucas as referências encontradas. Malena Contrera e Marcela Moro (2008) utilizam o conceito “mega” para eventos com mais de 10 mil participantes. Trata-se de uma abordagem interessante e perspicaz, porém, levando em consideração que existem projetos culturais que aglomeram 10 mil pessoas – sem, contudo, haver mobilização social, nem repercussão na mídia –, preferimos denominá-los como eventos de grande porte, não megaeventos.

Utilizaremos a denominação megaeventos para encontros que repercutem na mídia antes, durante e depois do acontecimento, despertando o interesse de milhares ou até milhões de pessoas. Mais do que a presença física ao certame, levamos em conta se o evento teve alcance de público pelos meios de comunicação de massa, pelas redes sociais e como a população o vivenciou.

A apropriação que o cidadão faz dessas mensagens é fundamental para a promoção de um megaevento, a partir do momento em que este gera um tipo de sociabilidade distinta do cotidiano, uma dinâmica social voltada para aquele momento. Essas mensagens são dispositivos, máquinas de produção de realidades. “Seria preciso considerar, portanto, que existe entre as coisas do mundo uma

espécie de transversalidade, de correspondência ou ainda uma afetação recíproca” (GONÇALVES, 2009:102). O megaevento seria o indício de uma conexão que envolve fundamentalmente: espaço, sociedade e mídia. A convivialidade que se instaurou na cidade do Rio de Janeiro durante o Pan 2007 exemplifica isso.

A população e os turistas lotaram as competições e as ruas, desfrutando de uma sociabilidade desenvolvida especialmente em momentos festivos. [...]. Entra em cena um homem plural que se alimenta de múltiplas identificações e quer perder-se num conjunto mais amplo de sensações. Essa perda se expressa, entre outros exemplos, em um megaevento. (FREITAS; FORTUNA, 2009, p. 111)

Um megaevento não se restringe ao tempo de sua duração, ele vai além. Começa antes de sua abertura oficial e termina após o seu encerramento formal. O que possibilita essa extensão da duração de um megaevento é justamente o fator mídia, as reverberações midiáticas que ele proporciona.

Assim, preferimos aproximar a ideia de megaevento do *fato social* de Émile Durkheim, e não ligá-lo somente à quantidade de pessoas presentes. “Um fato social reconhece-se pelo seu poder de coação externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos” (DURKHEIM, 1978, p. 91). Ele é determinante nas alterações do cotidiano de uma coletividade, caracterizando-se por três vertentes: a coercitividade relacionada a fortes padrões culturais do grupo social; a exterioridade desses padrões de cultura; e a generalidade, ou seja, a própria coletividade se encarrega de difundir os fatos sociais.

Os impulsos coercitivos de um megaevento acabam sendo suas próprias reverberações, que acontecem em geral na mídia. São, portanto, os meios de comunicação de massa, em suas mais variadas formas, que potencializam a magnitude de um megaevento.

Podemos aplicar esse modelo de análise de megaevento a qualquer cidade/evento, como a realização do GP de Fórmula 1 e a Parada Gay em São Paulo; as micaretas em Salvador; ou o carnaval e o *réveillon* no Rio de Janeiro.

Os eventos citados acima se aproximam das características do fato social. São exteriores às consciências individuais, sem deixar de serem frutos das representações coletivas; apresentam uma coerção extremamente potente, pois têm nos meios de comunicação valiosos instrumentos que fortalecem sua reverberação pela cidade e entre os indivíduos.

É através das “artes do fazer” (CERTEAU, 2011) que envolvem cotidianamente cidadão, espaço e mídia, que os megaeventos ganham sentido. A interação entre esses três atores é fonte constante de representações que se espalham no dia a dia dos habitantes locais e até mesmo de outros lugares. O festival Rock In Rio clarifica essa ideia. Um evento que surgiu na cidade do Rio de Janeiro, em meados dos anos 80, gerou (e ainda gera) inúmeras representações acerca das experiências ali vivenciadas e, por conta disso, teve edições em Lisboa e Madri com o mesmo nome Rock In Rio, em vez de *Rock In Lisboa* ou *Rock In Madri*. Ou seja, uma marca que traz um conjunto de imaginários que transbordam – e muito – os shows apresentados. Nesse contexto, dizer ou postar nas redes sociais que foi ao Rock In Rio é muito mais importante do que os shows assistidos ou o local aonde ocorreu o festival. O fundamental é ter estado lá e feito parte daquela comunidade momentânea.

Maffesoli chama esse fenômeno cultural de neotribalismo, ou tribalismo pós-moderno. Algo muito forte nos megaeventos; tribo denota vínculo social, destaca a dimensão comunitária e a saturação do ideal individualista. O carnaval e o *réveillon* são duas efemérides que deixam isso claro, a importância do ideal de pertencimento a um lugar, a um grupo, como fundamento da vida social.

O ‘tempo das tribos’ é o revelador de tal saturação. Esta é a lição do ‘arcaísmo’ pós-moderno: torna-se a representar, em todos os domínios, a paixão comunitária. Podemos nos defender dele, ofender-nos com ela, negá-la, proteger-nos dela, pouco importa; a tendência que nos empurra em direção ao outro, que nos incita a imitá-lo, está presente. Tornar-se modo do mundo: sou pensado onde acredito pensar, sou ação onde acredito agir. (MAFFESOLI, 2010, p. 15)

Arcaísmo pode ser entendido como um retorno ao domínio das sensações, do prazer, do Eros. Que entra em choque com a razão linear cartesiana tão pregada na modernidade. Daí a fugacidade e a instabilidade que permeiam as relações e os vínculos sociais atualmente. Busca-se constantemente a ligação com um grupo ou um lugar para a satisfação de desejos momentâneos que sempre estão se renovando, bem como o desligamento desse(s) grupo(s) e a adesão a outro(s). É o império da empatia, da aventura, à certeza racionalizada. Permanência e instabilidade são os dois polos pelos quais se articula o emocional nessas constantes *relições*.

Elas sublinham, principalmente, o aspecto insuperável do substrato cotidiano. Servem de matriz, a partir da qual se cristalizam todas as representações: trocas de sentimentos, discussões de botequim, crenças populares, visões de mundo e outras tagarelices sem consciência que constituem a solidez da comunidade de destino. (MAFFESOLI, 2010, p. 41)

Paradoxalmente a esse retorno ao arcaísmo temos o avanço das tecnologias de ponta – notadamente a informática – que propulsionam o neotribalismo por meio das redes sociais. Grupos de interesses específicos multiplicam-se no Facebook, em fóruns de discussão sobre os mais variados assuntos, e a disseminação de informações pelo Twitter é cada vez mais rápida e abrangente.

Dentro do contexto descrito acima e, mais uma vez retomando a ideia das “artes do fazer” de Certeau, a interação produz sentido! Um fato bastante conhecido no Rio de Janeiro, que enlaça o paradoxo explicitado, é a comunidade no Twitter, “Lei Seca RJ”. Desde 2009 o governo do estado colocou em prática blitzes para coibir motoristas que dirigem sob o efeito de bebidas alcoólicas. Caso sejam flagrados nessas blitzes dirigindo embriagados, podem sofrer punições tais como: pesadas multas; suspensão do direito de dirigir por 1 ano; e, em casos mais graves, processos criminais dependendo da taxa de alcoolemia no sangue do condutor. Teoricamente isso deveria coibir drasticamente a junção álcool e direção. No entanto foi criada, espontaneamente pelos próprios cidadãos, uma comunidade no Twitter que reúne mensagens da localização dessas blitzes. É comuníssimo vermos nas mesas dos bares pessoas consultando o Twitter da “Lei Seca RJ” antes de retornarem aos seus lares. Assim refazem o seu itinerário caso haja alguma dessas blitzes no caminho. Ou seja, uma coisa que surgiu da própria interação das pessoas nas redes sociais e que as congrega em torno de um interesse pontual. Não entraremos em um debate acerca da validade, ou não, da Lei Seca. Só queremos demonstrar como ocorre essa articulação em grupos por interesses pontuais utilizando as novas tecnologias.

Exemplos dessas interações espontâneas e momentâneas não nos faltam. Quando torcedores de um mesmo time se encontram na arquibancada de um estádio de futebol e começam a interagir abertamente sobre o que estão achando do jogo, expondo suas visões acerca do desempenho do time, estabelecendo ali uma convivialidade do tipo “mesa-redonda”, onde não importa quem são ou o que fazem de suas vidas. Naquele instante todos estão reunidos para vibrar – comemorando ou

sofrendo – dependendo do resultado da partida. Num dia corriqueiro, ou em seus locais de trabalho, aquelas pessoas jamais estabeleceriam tal prática dialógica.

Do ponto de vista sexual, as casas de *swing* também ilustram essa ideia. Locais frequentados por casais que buscam sexo com outros casais. Experimentando, naquele “eterno instante” (que foge à linearidade temporal), intensa intimidade carnal e até estabelecendo certos laços de afeição. Mas que ficam circunscritos àquele local e àquela ocasião. O *swing* está imbuído de um fator contingencial que é diferente de quando se telefona para um(a) profissional do sexo, que você escolheu e pagará por isso. A troca de casais depende de uma empatia mútua que só a interação entre os pares naquele momento pode gerar (ou não). Nesse sentido, o *swing* implica uma troca emocional muito maior entre os envolvidos, do que passar algumas horas com uma prostituta ou um michê.

Outro exemplo dessa busca do prazer pelo prazer são os jovens, na maior parte dos casos homens, que investem grande quantidade de dinheiro preparando mecanicamente seus carros, para se encontrarem periodicamente com o fito de exibir suas máquinas e disputar – nas ruas – quem é o mais rápido. Nos chamados pegas (ou rachas), não importam as leis que infringem, o risco de morte a que se expõem, ou as graves consequências que um acidente – a mais de 200km/h em uma via pública – pode causar a terceiros que estejam passando pelo local. Naquele momento, dominar o automóvel e chegar à frente de dois ou três desafiantes é o que vale. Mesmo que seja só por uma noite.

Pouco lhes importa o objetivo a ser atingido, o projeto econômico, político, social, a ser realizado. Eles preferem ‘entrar no prazer’ de estar junto, ‘entrar na’ intensidade do momento, ‘entrar no’ gozo desse mundo tal como ele é. (MAFFESOLI, 2010, p. 7)

Todos os casos descritos acima convergem para o gozo daquele instante, independente de qualquer outra coisa. É o prazer/desejo de estar junto por estar junto, compartilhar emoções. Nessas ocasiões, o que vincula socialmente essas pessoas é a fruição, o desejo de desfrutar da intensidade do momento. Seja ele esportivo, sexual ou, simplesmente, experimentar o risco e a adrenalina. Situações dionisíacas, na perspectiva de Maffesoli, que denotam a anomia, o aspecto pagão, lúdico e desordenado das sociedades contemporâneas.

Retomando a perspectiva dos megaeventos, não queremos dizer que o *swing*, um pega, ou um simples jogo de futebol sejam megaeventos. Mas que essas ocasiões geram um tipo de sociabilidade semelhante àquela gerada pelos megaeventos, que é distinta da normalidade vivenciada em um dia corriqueiro. Queremos frisar que, em ambos os casos, o componente “estar junto” tem um papel fundamental. Mas no caso dos megaeventos ele é ainda mais forte, pois conta com todo o aparato midiático impelindo as pessoas a participarem do acontecimento. Assim, ele não fica circunscrito a pequenos grupos, mas se espalha pela sociedade como um todo. Por isso é sutil e ao mesmo tempo tão forte, pois de alguma maneira ele vai afetar a sua rotina. Ainda mais em uma cidade como o Rio de Janeiro.

Num megaevento como o *réveillon*, objeto desta dissertação, a cidade inteira sofre alterações dia 31 de dezembro. O bairro de Copacabana é fechado ao tráfego de veículos particulares, linhas de ônibus têm o seu itinerário modificado, bares e restaurantes adotam outro regime de funcionamento, shopping centers não abrem. Nos subúrbios da cidade as cadeiras tomam conta das calçadas e a vizinhança faz da rua o local para brincar e festejar o ano novo. Nas favelas da Zona Sul – “pacificadas” – turistas são recebidos por moradores dessas comunidades, a fim de avistar do alto das lajes a cidade e os fogos de artifício. Locais da Zona Norte, como o Piscinão de Ramos e o Parque de Madureira, também recebem shows de artistas e rodas de samba para a celebração de ano-bom.

Ou seja, não há como passar imune ao *réveillon* no Rio, até para aqueles que ficam na cidade, mas não querem participar da festa propriamente dita. Esse tipo de “aura” que se instaura na cidade é a principal marca do megaevento. Por mais que se tente evitar, o megaevento invade e altera a sua rotina. Os jornais, rádios, emissoras de televisão o noticiam a todo o momento. As redes sociais fervilham de publicações alusivas à ocasião, e tudo passa a girar em torno daquilo, tudo fortalece a lógica do estar junto.

2.2 Tribalismo e cooperação

Muitos trabalhos, geralmente notáveis, dedicam-se a estudar seja as representações, seja os comportamentos de uma sociedade. Graças ao conhecimento desses objetos sociais, parece possível e necessário balizar o uso que deles fazem os grupos ou indivíduos.
Certeau, 2011, p. 38

Existe certa confusão quando se fala em “tribalismo”. Geralmente, fazendo alusão às tribos indígenas, a maioria das pessoas interpreta o termo pela simples perspectiva de grupos: a tribo dos funkeiros, a tribo dos skatistas, a tribo dos surfistas, a tribo dos evangélicos, entre outras tantas. Esse é o uso que o senso comum dá ao termo. Daí, quando falamos em tribalismo, as pessoas logo fazem uma ligação com a ideia de grupos, pura e simplesmente. Mas em realidade o que Maffesoli quer dizer com tribalismo é justamente essa necessidade do ser humano de estar sempre se associando, fazendo parte de comunidades. Não há como separar o indivíduo do coletivo, ele é justamente o substrato humano. O individualismo ocidental é relativo à coletividade, e a forma de pensar do senso comum (como demonstrei acima) é a maior expressão disso. Nós nos reconhecemos pelo outro, é esse retorno que nos dá a sensação de existirmos. Émile Durkheim em *O suicídio* demonstra que quanto maior for a rede de relações interpessoais estabelecidas por um indivíduo, menores serão as chances dele suicidar. Em contrapartida, uma pessoa isolada, com poucos vínculos sociais estaria mais propensa a tal atitude, justamente por lhe faltar o *feedback* do seu existir. Se um dia saíssemos à rua e fôssemos aos mesmos lugares que habitualmente frequentamos, cumprimentássemos e falássemos com pessoas que corriqueiramente falamos, mas ninguém nos respondesse ou demonstrasse estar interagindo, nós mesmos questionaríamos: será que realmente estou aqui? Será que existo? É por isso que, como dissemos algumas linhas antes, o individualismo ocidental está relacionado à coletividade.

Mas não existe somente essa visão do que seja tribalismo. Richard Sennett, por sua vez, nos abre uma perspectiva totalmente diferente. Segundo o sociólogo norte-americano, o tribalismo nas sociedades humanas revela-se contraproducente.

No sentido que dificulta o convívio com as diferenças. O tribalismo, para ele, denota solidariedade com o semelhante e agressividade com o diferente, o que gera problemas de convívio e aceitação mútua.

Quando um grupo de *skinheads* espanca um casal de homossexuais em plena avenida Paulista, ou lança um jovem aos trilhos do metrô de São Paulo pelo simples fato dele ser negro, são amostras desse tribalismo nefasto de que Sennett nos fala. A Europa, há algum tempo, convive com sérios problemas relativos à aceitação de imigrantes árabes e africanos, notadamente do que diz respeito ao mercado de trabalho, gerando demonstrações de agressividade de ambas as partes. Na última eleição presidencial na França uma candidata a deputada – Marion Maréchal-Le Pen – tinha como uma de suas plataformas de campanha a expulsão de 95% dos imigrantes em solo francês num prazo de 5 anos, jogando por terra toda a tradição iluminista peculiar à França dada ao diálogo e ao debate. Que diria Voltaire, se estivesse vivo, de uma candidatura como essa? Ou os membros da Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial, que lutaram anos a fio, dentro e fora da França, contra o fantasma do nazifascismo?

O tribalismo, de acordo com Sennett, desabilita a cooperação:

A desabilitação vem ocorrendo em igual medida no terreno social: as pessoas perdem a capacidade de lidar com as diferenças insuperáveis, à medida que a desigualdade material as isola, que o trabalho de curto prazo torna mais superficiais os contatos sociais e gera ansiedade a respeito do outro. Estamos perdendo as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa. (SENNETT, 2012, p. 20)

Cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca onde as partes se beneficiam. Apoio recíproco, cooperamos para conseguir algo que não podemos alcançar sozinhos. Uma cooperação construtiva, por exemplo, quando um grupo de pessoas se junta para construir casas populares onde todos vão morar. Ou um bate-papo informal num bar, sem pensar de maneira autorreferencial. Ato envolto pela experiência do prazer recíproco são formas de cooperação. Nesse sentido, o “estar junto” de Maffesoli, por mais efêmero e instável que seja também pode ser encarado como um tipo de cooperação. Um megaevento, como o *réveillon* no Rio de Janeiro, depende da cooperação coletiva para acontecer. Os milhões de pessoas que se reúnem nas areias da praia de Copacabana, para saudar a chegada do ano novo precisam estar envolvidas por esse sentimento mútuo, caso contrário ali se instauraria

o caos. Se no meio da multidão alguém saca uma arma de fogo ou uma simples discussão torna-se uma briga de grandes proporções, a correria que isso acarretaria provavelmente deixaria um rastro de pisoteados, feridos e até alguns mortos. No entanto isso nunca aconteceu, as brigas e confusões que ocorrem são dirimidas ali no momento.

A cooperação também pode apresentar o seu lado ruim quando é do tipo “nós contra eles”, suscitando todas as mazelas do tribalismo – como o regionalismo, a xenofobia, o racismo, ou a homofobia – apresentadas há alguns parágrafos.

O fato é que no mundo globalizado em que vivemos a homogeneização cultural é cada vez maior. Todos são praticamente iguais, assim busca-se a todo o momento a neutralidade. As diferenças são domesticadas e dirimidas, em vez de respeitadas e aceitas. Essa uniformidade globalizada alcança aspectos, na arquitetura, na música, no vestuário, no *fast-food*, conectando tudo a uma cultura global de consumo. Isso gera uma angústia, um incômodo em relação àqueles que insistentemente se mantêm alheios a esse processo.

A sociedade moderna está gerando um novo tipo de caráter. É o tipo de pessoa empenhada em reduzir ansiedades provocadas pelas diferenças, sejam de natureza política, racial, religiosa, étnica ou erótica. O objetivo da pessoa é evitar qualquer sobressalto, sentir-se o menos estimulada possível por diferenças profundas. (SENNETT, 2012, p. 19)

Essa necessidade de neutralidade surge da agregação de tantas pessoas com interesses diferenciados, e que devem integrar suas relações e atividades em uma sociedade demasiadamente complexa. Algo semelhante ao que Georg Simmel chama de “atitude blasé”. Porém, diferente de Sennett, Simmel não parte do pressuposto de uma homogeneização cultural resultante da globalização, mas sim da multiplicidade de estímulos e mudanças rápidas que a vida na metrópole nos impõe. A “atitude blasé” seria uma espécie de carapaça que usamos para não nos deixar atingir profundamente por essa plêiade de sons, imagens e sensações. Um nivelamento plano e uniforme onde objeto algum merece preferência sobre outro.

É difícil percebermos os detalhes e nuances de um fato quando estamos habituados a vivenciá-lo frequentemente. Para a maioria dos cidadãos que moram no Rio de Janeiro o *réveillon* na cidade sempre foi grandioso. Mas quando se inicia uma conversa, pessoas de mais idade recordam que há 40 anos era possível estacionar o carro a duas quadras da avenida Atlântica na noite de 31 de dezembro.

Que era bonito ver os barquinhos com velas acesas e oferendas à Iemanjá, lançados ao mar por grupos religiosos da umbanda e do candomblé. Hoje, no entanto, os únicos “barcos” que vemos em Copacabana na noite de *réveillon* são imensos transatlânticos oriundos das mais diversas partes do globo terrestre. E estacionar o carro a duas quadras da praia só é possível dia 30, pois no dia seguinte o bairro de Copacabana fica vedado ao tráfego de automóveis até as 6h da manhã de 1^o de janeiro.

2.3 Ano novo: o ritual e o megaevento

O clamor da festa e a voragem sonora acabavam por incentivar a quebra das regras e o rompimento com os padrões de comportamento exigidos pelas autoridades. Isto porque a aparente promiscuidade da festa é enganosa e a participação maciça de todas as classes respondia a regras bem estabelecidas.
Priore, 2002, p. 20

Um ritual também pode ser encarado como um megaevento, principalmente aqueles que acontecem com uma periodicidade cíclica. Os códigos verbais adotados nessas ocasiões, os alimentos consumidos, os trajes utilizados, o estado de espírito de que as pessoas se imbuem, as superstições e signos adotados nesses momentos. Em suma, há todo um comportamento culturalmente moldado que nos permite entender o megaevento como um rito. No nosso caso, um ritual de passagem que marca o encerramento de um ano e o início de outro, o ano novo.

Nem todos os festejos (ou rituais) de *réveillon* são megaeventos. Somente aqueles que atendem aos quesitos explicitados no primeiro tópico desse capítulo. É preciso que se instaure um grau de sociabilidade, entendida como uma forma pura de interação da ordem do estar junto, e um intenso envolvimento dos meios de comunicação de massa veiculando informações sobre aquele acontecimento a todo o momento. Como no caso da passagem de ano na praia de Copacabana. A isso Sennett vai chamar de “associacionismo”: Esse movimento dá ênfase ao puro e simples ato de cooperação com os outros como um fim em si mesmo, e não como

uma ferramenta estratégica. O associacionismo não abraça em suas origens nenhuma ideologia política (SENNETT, 2012).

Os comportamentos ritualísticos vêm de fora de nós, assim como num megaevento, livrando-nos de condutas autorreferenciais. Nossa atenção fica voltada para a vivência daquele momento, como um balé coletivo de gestos e hábitos equalizados.

Nos rituais, os objetos e os gestos corporais, assim como a linguagem, passam por esse processo de transformação, adquirindo um significado denso. Mas nós sabemos como usar o colar kula ou a taça da Páscoa judaica; o símbolo saturado nos orienta. (SENNETT, 2012, p.116).

O *réveillon* no Rio de Janeiro é recheado de fatos que ilustram essa ideia. No que diz respeito às cores dos trajes utilizados na noite da virada, vestir branco simboliza a atração de energias positivas para o ano que está chegando, amarelo para riquezas materiais, o vermelho significa a vontade de uma nova paixão no campo afetivo. Comer lentilha na ceia para ter fartura no novo ano, comer sete uvas ou pular sete ondas fazendo sete pedidos, abrir um champanhe e brindar à meia-noite... São convenções que não estão documentadas em lugar algum, tampouco têm os seus resultados comprovados, mas as pessoas simplesmente seguem a tradição. Um padrão de experiência arraigado em nossas vidas que é causado pela repetição periódica desse ritual.

Ritos de passagem como o *réveillon* estão contidos ao mesmo tempo em duas temporalidades distintas. Uma de ordem cronológica e cíclica (do calendário), e outra da ordem cósmica e universalista que nos liga à fruição do momento vivenciado. Obviamente, existem diferenças na forma como cada cultura celebra a noite de ano novo. Mas o fato é que todos os países que adotam o calendário gregoriano (a maioria do mundo) têm a passagem de ano a 31 de dezembro. Sendo assim, é um rito realizado à noite, diferente de um ritual diurno, claro, com espaços bem marcados. Daí as formas de ritualização típicas do *réveillon* serem os bailes, as boates, os shows na praia, a rua de uma forma geral. Entendida aqui como o oposto ao lar, lugar do mundo privado. A rua é o local da contingência, da surpresa, do encontro e do desencontro, da predisposição à partilha de emoções. Nesse sentido, esses festejos adquirem um dinamismo diverso do habitual, onde a ingestão exagerada de bebidas alcoólicas, o uso de drogas, o sexo casual, e outros excessos

da ordem da carne adquirem sentido. Até porque a manhã seguinte é o começo de uma nova etapa: o ano novo.

O termo *réveillon* deriva do francês “réveiller”, verbo que significa despertar. A origem das comemorações de ano novo está diretamente ligada à natureza, à agricultura, aos ciclos celestes e lunares. Daí a ideia de recomeço. As primeiras comemorações de que se tem notícia datam de 2000 a.C. na Mesopotâmia, chamadas de Festival de Ano Novo. Na Babilônia, por volta da mesma época, os festejos marcavam o equinócio da primavera, momento em que se celebrava o florescer de uma nova colheita. Semelhante aos babilônios, os sírios, persas e egípcios também comemoravam o *réveillon* no início da primavera. Já a civilização grega celebrava a passagem de ano na noite de 21 para 22 de dezembro.

Dos romanos, que por sua vez já haviam recebido dos gregos a tradição, os primitivos cristãos perpetuaram o legado pagão das celebrações do ano novo, colorindo-os dos reflexos místicos dos vidros pintados de suas catedrais.

Entre as civilizações mais apuradas e as mais bárbaras, como dissemos, essas festas encontram-se nas mitologias nacionais, tendo como objetivo as congratulações populares pela volta da primavera ou a glorificação da lavoura. (FILHO, 2002, p. 31)

Foram os romanos, a partir de 1582, que determinaram a mudança para o dia 1º de janeiro, durante o papado de Gregório VIII. Assim, todas as nações de tradição cristã passaram a adotar o calendário gregoriano, pois até então a Igreja Católica comemorava o ano novo durante o período que vai de 25 de março a 1º de abril.

Mas nem todos os povos comemoram o *réveillon* em 1º de janeiro. Na China, por exemplo, ele ocorre no princípio de fevereiro. O Japão comemora o ano novo por três dias, de 1º a 3 de janeiro. Os islâmicos comemoram em meados de maio, tal contagem está relacionada à Hégira, episódio da fuga do profeta Maomé e seus seguidores de Meca para Medina. Os judeus possuem um calendário próprio, o Rosh Hashaná (festa das trombetas, em hebraico) tem duração de dois dias, geralmente de meados pro final de setembro.

Hoje, ao redor do globo terrestre, algumas comemorações de ano novo tornaram-se megaeventos. Por exemplo, nos Estados Unidos a mais famosa passagem de ano ocorre na Times Square, em Nova Iorque. Onde o povo se encontra para beber, dançar, brincar e cantar. Há pessoas de todos os estratos

sociais. Durante a contagem regressiva, uma grande maçã vai descendo progressivamente até o meio da praça e detona os fogos de artifício à meia-noite.

Na Inglaterra a festa de *réveillon* é mais contida – possivelmente em razão do frio – grande parte dos londrinos passa a noite de ano novo em casa com a família e alguns amigos. Quando muito vão à praça Trafalgar Square assistir à queima de fogos, retornando em seguida aos seus lares.

Na Alemanha não se festeja a chegada do ano novo com fogos de artifício. As pessoas se reúnem ao redor do Portal de Brandemburgo, no centro de Berlim, para brindar e comemorar.

O *réveillon* italiano é amplamente celebrado com fogos de artifício, na intenção de deixar as pessoas acordadas. Diz a tradição que aqueles que dormem na noite da virada passarão o ano inteiro dormindo. As pessoas se reúnem, principalmente, na Piazza Navona, na Piazza del Popolo e na Fontana *di Trevi*. Comidas como pé de porco e lentilhas não podem faltar.

Em Portugal o *réveillon* é muito festejado, celebrando o desejo de renovação. No momento da virada – à meia-noite do dia 31 de dezembro – as pessoas vão às janelas de suas casas batendo panelas para saudar a chegada do novo ano. A “roupa velha” é outra tradição dos festejos de ano novo lusitano, um prato que reúne as sobras daquilo que foi servido na ceia de Natal (notadamente o bacalhau). Tudo é misturado e novamente levado ao forno, incrementado de batatas, ovos, azeitonas e cebolas, regados ao azeite.

No Brasil, a mais famosa festa de *réveillon* ocorre na praia de Copacabana, com um espetáculo pirotécnico de 16 minutos, shows musicais de artistas brasileiros e estrangeiros lotam as areias da “princesinha do mar”. Em 2013 a festa de ano novo reuniu 2,5 milhões de pessoas entre o Leme e o Posto 6. Mas nem sempre foi assim. A seguir, esboçaremos um histórico das comemorações de ano novo na cidade do Rio de Janeiro para entendermos como esse festejo tornou-se o megaevento que hoje atrai pessoas do mundo inteiro.

3 UM BREVE HISTÓRICO DAS COMEMORAÇÕES DE ANO NOVO

3.1 A festa pagã dos inocentes catequizados

A proximidade do excesso é uma prática recorrente nas histórias humanas. Há momentos em que este fio vermelho fica menos evidente. Em outros, pelo contrário, ele se afirma com força.

Maffesoli, 2002, p. 37

Em 1º de janeiro de 2013 o jornal *O Globo* estampava na primeira página “Rio na era de ouro”, e seguia o subtítulo: “Maior *réveillon* de todos os tempos recebe 2013 e abre temporada de grandes eventos internacionais que vão preparar a cidade para a Copa e as Olimpíadas”. A matéria destacou a suntuosidade da celebração que reuniu 2,3 milhões de pessoas (sendo 700 mil turistas) na orla de Copacabana. Os fogos de artifício lançados de 16 balsas à meia-noite foram o ponto alto da festa que também contou com shows de artistas nacionais como Diogo Nogueira, Claudia Leite, além da bateria da escola de samba Unidos da Tijuca. À primeira impressão, um incauto pode pensar que o *réveillon* no Rio de Janeiro sempre foi um megaevento, tal e qual o carnaval.

Mas voltemos um pouco na história para analisar as origens dessa celebração ainda no século XIX, quando o Brasil era uma monarquia escravocrata, veremos que embora alguns traços ainda permaneçam, a forma como comemoramos o ano novo mudou substancialmente.

A celebração de ano-bom, inicialmente, era um ritual pagão que tinha como mote festejar o retorno da primavera e a glorificação de uma nova colheita de grãos, frutos e vegetais em geral. Baseava-se em mitologias e lendas respectivas a cada nação, aldeia ou povoado que articulava, de acordo com seu sistema de crenças, como vivenciaria essa ocasião.

Os primeiros cristãos deram sequência a essa tradição pagã, porém, a partir da Idade Média registra-se forte reprovação da Igreja a esses ritos. Santo Agostinho e São João Crisóstomo revoltavam-se contra essas tradições “pecaminosas” de

origem romana, alusivas às chamadas “Festas dos Loucos” e à “Festa dos Inocentes”. Ambas eram acusadas, e vistas pela Igreja, como ocasiões em que se tentava enganar ou, fazer pouco caso, dos padres e da estrutura eclesiástica (FILHO, 2002, p. 32).

A Festa dos Santos Inocentes – celebrada entre 28 de dezembro e 6 de janeiro – representava uma curiosa fronteira entre o pagão e o religioso. Originada no século V, momento em que a Igreja passou a comemorar essa festa em memória das crianças massacradas na Judeia por Herodes, pouco depois do nascimento de Jesus Cristo. De acordo com a passagem bíblica, Herodes, rei da Judeia quando do nascimento do filho de Deus, soube que já habitava o mundo um menino que dentro de pouco tempo seria chamado de “rei dos judeus”. Isso lhe provocou receio e insegurança.

Ao saber que do Oriente vinham três reis magos visitar o menino, Herodes os chamou à sua presença e pediu que o informassem sobre tudo que sabiam do menino, pois ele também desejava conhecê-lo. Ocorre que os reis magos ignoraram tal desígnio e retornaram ao Oriente sem prestar contas do que sabiam ao rei. Este então, movido por uma raiva colérica ao sentir-se ludibriado, ordenou que seus soldados matassem todas as crianças com menos de 2 anos de idade na Judeia. Daí a denominação “Santos Inocentes”, cunhada pela Igreja, para se referir a essas crianças brutalmente assassinadas. De início essa celebração teve um viés eminentemente religioso, mas, com o passar do tempo, elementos de caráter pagão foram sendo incorporados e a festa foi ganhando um tom cada vez mais jocoso.

Também durante a Idade Média, em alguns lugares da Europa, celebrava-se a Festa dos Loucos com muita balbúrdia e excessos de toda sorte na intenção de satirizar o clero. Para isso se elegia um bispo ou, até mesmo, um papa dos loucos. Esses “atores” encenavam uma espécie de carnaval em que o uso de fantasias extravagantes, máscaras e gestos obscenos eram parte do “espetáculo”. Era comum notar personagens pagãos como Baco (deus do vinho), que nu, desfilava em um carro alegórico puxado por centauros, machos e fêmeas, representados por homens e mulheres, todos nus.

Segundo a tradição, assim como no caso da Festa dos Santos Inocentes, a Festa dos Loucos também era celebrada entre os últimos dias de dezembro e os primeiros dias de janeiro, mas, com o tempo, foram proibidas pelas autoridades eclesiásticas devido aos inúmeros excessos relacionados ao sexo e ao consumo

exagerado de vinho. Como àquela época a Igreja Católica era a principal instituição de padronização ideológica da Europa (e do mundo), essas celebrações foram se perdendo ao longo da história. Muito embora ainda guardem significativa semelhança com algumas festas populares de hoje, como o carnaval e o *réveillon* no Brasil.

É justamente a partir da Idade Média, com toda clausura dos feudos aliada à tradição católica, que para descolar esses eventos de uma herança pagã, a Igreja passa a incluí-los nos festejos do Natal, com outros significados e novas formas de comemorá-los. Em todos os países da Europa essa celebração – a passagem de ano – está contida entre o Natal (25 de dezembro) e o Dia de Reis (6 de janeiro), formando um período que os ingleses chamam de *Christmas*.

Tradicionalmente a celebração do *réveillon* é uma ocasião de conagração, daí as festas, as felicitações, as visitas, a ceia, as demonstrações de afeto e o aconchego da família. A troca de presentes é outro ritual frequentemente praticado nesses momentos, renovando as lendas, os contos e toda a tradição que serve de substrato às representações de despedida do ano velho e a entrada do ano novo.

3.2 O ano-bom na capital do Império

No Rio de Janeiro do século XIX a festa de ano-bom começava no dia 30 de dezembro, momento em que a cidade já exibia uma rotina diferente da habitual, com muitos transeuntes e famílias inteiras circulando pelas ruas. As pessoas enfeitavam as sacadas de suas casas com fitas coloridas e flores. Caras novas, que não se viam comumente, apareciam na vizinhança sinalizando que não se estava vivenciando uma ocasião corriqueira.

No dia 31, as moças da alta sociedade, muito bem vestidas com longos alvos de tecido importado, enfeitavam os cabelos com flores e ficavam nas varandas e no jardim de suas casas observando o movimento e flertando timidamente com os fidalgos que pelas ruas flanavam.

Os homens, por sua vez, vestiam ternos de brim branco e papeavam com os amigos, trajados de uma indumentária digna de recepções íntimas. As crianças brincavam correndo de um lado para o outro e subindo nas grades das casas,

enquanto velhas senhoras gritavam pela janela conversando com a vizinha de frente (FILHO, 2002, p. 33).

Famílias vinham do interior para a capital a fim de passar a noite de ano-bom com os parentes e convidá-los para, posteriormente, festejarem o São João em seus sítios ou fazendas. Os que faziam parte da corte também se reuniam, porém entre si, sem misturarem-se com os populares.

As trocas de presentes começavam cedo, como prova de civilidade e cordialidade entre a população. Amigos e familiares presenteavam-se, dando início às festividades que se estendiam ao longo de todo o dia de ano-bom até depois da meia-noite.

Segundo a tradição da época, tudo que se fizesse nesse dia teria reflexos por todo o ano seguinte. Nesse sentido, era comum a crença de que não podíamos dormir antes da hora da virada sob pena de não mais vermos o alvorecer dos anos vindouros. Da mesma forma, as pessoas vestiam roupas novas e de tecidos caros, brincavam, tocavam instrumentos musicais, cantarolavam, comiam e bebiam fartamente, namoravam, a fim de que nada disso lhe faltasse no novo ano.

Esse tipo de tradição seguida pelas famílias sustentava seus laços de união e renovavam o significado dessas ocasiões para as novas gerações. A ceia era um dos momentos mais importantes da noite de ano-bom, sempre farta de quitutes e regada a bons vinhos. A ausência dos parentes mais próximos a esse momento era considerada uma falta gravíssima. No momento seguinte, os familiares reunidos cantavam hinos de louvor a Jesus Cristo, perto de seu presépio, geralmente montado na sala das casas desde o Natal. Depois, os parentes ficavam conversando e rindo de piadas e “causos” contados pelos mais velhos. Ao mesmo tempo ouvia-se o barulho da cozinha onde as escravas lavavam as louças da ceia (FILHO, 2002, p. 34).

Quando o carrilhão sobre o tajar badalava à meia-noite, as pessoas comemoravam a passagem de ano cumprimentando-se calorosamente. As mucamas vinham à sala olhar das sacadas a festa nas casas vizinhas, bem como os que perambulavam pelas ruas de pileque gritando e saudando a chegada do 1^o de janeiro. “*Boas saídas e melhores entradas!*” era uma expressão comumente utilizada nesses momentos em que as pessoas se abraçavam, beijavam e saltitavam de contentamento. Algumas casas prolongavam a festa com bailes que se estendiam madrugada adentro, terminando somente com o raiar do sol.

O 1º de janeiro era um dia ainda mais dedicado à troca de presentes. Do começo da manhã ao final da tarde as famílias se visitavam trocando regalos. Nas freguesias, o vigário, o médico e o fiscal eram sempre os mais contemplados.

Bandas militares circulavam pelas ruas e paravam para tocar quando chegavam à casa de algum oficial de alta patente, como os generais, ou então quando passavam pela residência de algum ministro. Comerciantes influentes também eram contemplados com essa reverência, e, de uma forma geral, retribuía a gentileza da banda com generosas gorjetas.

Nos armazéns de gêneros alimentícios, caixas de vinhos, queijos do reino, presuntos frescos, figos, ameixas e outras especiarias eram encaixotadas e oferecidas aos fregueses do ano. Do Convento d’Ajuda, finas bandejas de prata com o brasão da família a ser presenteada saíam uma após a outra lotada de doces. Das sacadas das casas e dos sobrados, as pessoas observavam o movimento e comentavam entre si.

Mas também havia presentes curiosos, como leitões, patos e galinhas, transportados por negros de ganho que entravam pelas casas, protagonizando cenas curiosas. Uma família podia estar sentada na sala papeando quando da porta surgia um par de escravos com um porco guinchando, amarrado pelos pés numa haste de madeira que os negros sustentavam pelo ombro, e ofereciam-no ao chefe da família. Ou então, em vez do porco esse mesmo par de negros poderia portar um cesto lotado de marrecos e/ou galinhas com o pescoço, quebrado, pendurado para fora da borda e decorado com um laço de fita colorido. Ao ofertarem o presente ao senhor entregavam-lhe uma carta, que, geralmente, continha os seguintes dizeres: “Boas saídas e melhores entradas lhe desejo! Incluso, encontrará vossemecê um leitãozinho, umas galinhas ou um peru para mais um prato de seu jantar...” (FILHO, 2002, p. 35).

Entre os membros da corte era comum presentear-se com dádivas principescas, tais como: colchas da Índia, aparelhos da China, objetos litúrgicos de prata, jogos de talheres e travessas de prata, cavalos de raça, entre outros. Em contraste, os populares e negros alforriados, presenteavam-se com pães de ló, bolo inglês, e pastéis acomodados em bandejas de material não tão nobre quanto a prata, e enfeitados com gaze colorida ou flores artificiais.

Um fato curioso ocorria na Bahia, local onde era comum o transporte em “cadeirinhas” içadas por dois negros que as conduziam para o local que o ocupante

da mesma desejasse. Na terra do Senhor do Bom Fim, além de todos os tipos de presentes citados acima, também havia o hábito dos senhores presentear-se com escravos no 1º de janeiro. Geralmente um molequinho ou um casal de negros jovens. Em geral eles eram conduzidos ao novo dono por outros escravos que ficavam responsáveis pela distribuição de presentes do seu senhor. Essa era a única ocasião em que um negro poderia andar na “cadeirinha”.

E, diferentemente de quando um senhor presenteava o outro com leitões, patos, galinhas ou perus, o cartão que era entregue junto com o(s) escravo(s) continha os dizeres: “Como lembrança de ano-bom ofereço-lhe essa parilha de negros de cadeira, pedindo desculpa de não ser cousa suficiente...” (FILHO, 2002, p. 36).

Ou seja, comparando um trecho com o outro, fica claro que, segundo os padrões da sociedade da época, era mais valioso ser presenteado com animais do que com escravos negros. Coisas não suficientes.

Saindo da Bahia e voltando à realidade do Rio de Janeiro, capital do Império à época, um dos edifícios históricos mais imponentes da cidade fora construído no passado com esse mesmo intuito. Havia pessoas muito ricas que construíam casas e palácios para dar de presente. O paço de São Cristóvão, hoje Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Quinta da Boa Vista, foi construído pelo negociante Elias Antônio Lopes e oferecido a dom João VI. Futuramente, quando retornou a Portugal, o monarca o vendeu ao Estado.

No final do século XIX, o Brasil realizou a sua revolução burguesa, com a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. O país passou a experimentar, a partir desse momento, uma divisão social que antes não existia. Com os negros livres e os fluxos migratórios oriundos da Europa se intensificando, a estrutura social brasileira torna-se mais complexa, na medida em que passa a abrigar um número maior de comerciantes, trabalhadores assalariados e até pequenas indústrias. Muito embora a abolição não tenha tirado o negro de uma posição subalterna na sociedade.

Poucos anos após os episódios descritos acima, já no século XX, o Rio de Janeiro passou por transformações profundas em seu tecido urbano, conforme relatamos no primeiro capítulo. O novo tipo de convivialidade que se instaura na cidade a partir daí, suscitou mudanças que refletiram-se, da mesma forma, na

maneira como os habitantes vivenciariam os festejos populares. Agora, com uma postura mais cosmopolita e menos colonial.

3.3 Da Cinelândia à avenida Atlântica: um histórico do *réveillon carioca*

Copacabana ainda era um grande areal, bairro pouco habitado. A primeira construção de grande porte a surgir na orla da “princesinha do mar” foi o Hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1923. Nessa ocasião o epicentro da cidade, local onde ocorriam as grandes manifestações populares era a praça Floriano Peixoto – hoje conhecida como Cinelândia – no entroncamento das avenidas Central e Beira Mar. Faz-se necessário registrar que a partir de 21 de fevereiro de 1912 a avenida Central tem o seu nome alterado para avenida Rio Branco, em homenagem ao barão do Rio Branco, diplomata brasileiro responsável por tratados que garantiram a definição das fronteiras do país.

No começo do século XX, décadas de 1910 e 1920, as comemorações de ano novo na cidade do Rio de Janeiro aconteciam na Cinelândia. Batalhas de confete e serpentina começavam a partir das 22h do dia 31, e se estendiam madrugada adentro. A “despedida do anno santo”, como os jornais da época se referiam à passagem de ano, também marcava o início das comemorações do carnaval. Era comum a ocorrência de cortejos com a presença do Rei Momo marcando a ocasião, e a noite toda era festejada ao ritmo de samba. Blocos e ranchos se reuniam no local tocando as marchinhas que seriam entoadas ao longo daquele carnaval. A Galeria Cruzeiro, localizada no andar térreo de um edifício na avenida Rio Branco, também era palco de festas, as pessoas se reuniam no Bar da Brahma para bebericar e saudar a chegada do ano novo.

Na rua da Carioca, o Cine Íris – com o patrocínio do jornal *O Globo* – promovia uma grande festa infantil, no período da tarde do dia 31, onde os melhores filmes infantis eram exibidos até as 18h. Também havia distribuição de balas e doces, além de uma banda de música militar tocando para as crianças.

O ponto alto da festa de *réveillon*, nos anos 30, continuava sendo a avenida Rio Branco nas proximidades da praça Floriano Peixoto, mas os bailes de gala, com trajes a rigor, já eram largamente noticiados. Os mais chiques e concorridos, pela

alta sociedade, eram o do Fluminense Football Club, do Club Gymnastico Portuguez, do Jockey Club do Brasil, do Hotel Glória, e do Hotel Copacabana Palace. O Cassino da Urca promovia a sua festa de ano novo ao som de três orquestras, que não tocavam samba. As reservas tinham de ser feitas até as 15h do dia 30.

Havia também missas de ação de graças nas principais paróquias da cidade. A mais famosa era a missa na paróquia de São Francisco de Paula, no largo de São Francisco – região central da cidade. Nessa época, não se via nada nos jornais alusivo às manifestações e rituais de religiões africanas na noite do dia 31.

O contexto citado nos mostra uma realidade distinta daquela que vimos ao longo do século XIX, quando as pessoas comemoravam o “ano-bom” em casa e havia vasta troca de presentes. Agora, cerca de 40 anos depois, as comemorações de *réveillon* têm um formato completamente diferente. Ocorrem na rua ou em bailes de gala promovidos por clubes frequentados pela elite da época, ou então em cassinos e hotéis luxuosos. Os populares comemoravam o ano novo na rua, notadamente na avenida Rio Branco, com muito samba e confetes.

A ligação do carnaval com os festejos de *réveillon* era muito forte na década de 1930 e daí em diante essa conexão não mais será desfeita. No ano novo de 1932 os jornais noticiaram que alguns clubes realizariam o “Carnaval da Virada” na noite do dia 31, e escolherão a rainha do carnaval. Os clubes listados são: o Lord Club, o Club Progresso Confiança, o Musical de Bonsucesso, os Endiabrados de Ramos, o Democráticos do Méier, o Rosa de Ouro, o Club Musical Recreativo Carioca, o Alvacelli’s Club, o Aliança Club, e os Fenianos de Cascadura. Agremiações com raízes no subúrbio, onde o samba era o gênero musical mais difundido. Nessa época, jamais um clube como o Fluminense ou o Jockey, localizados na Zona Sul, promoveriam um concurso como este. O samba ainda não fora apropriado pela elite. Porém, para os populares, a festa de ano novo realmente marcava o início das comemorações e dos preparativos para o carnaval.

Outro fato que merece destaque, e que se iniciou justamente na década de 1930, é a chuva de papéis picados, ao longo da avenida Rio Branco. No último dia útil do ano, os escritórios localizados nos edifícios muniam-se de toda papelada sem utilidade acumulada ao longo do ano, picotavam-na, e atiravam pelas janelas. Essa tradição ocorre até os dias de hoje, porém mais timidamente.

Nos anos 40, Copacabana, mais do que nunca, era o bairro modelo do Distrito Federal. Local que passou a concentrar o comércio mais refinado na rua Barata Ribeiro e na avenida Nossa Senhora de Copacabana. Além dos luxuosos edifícios residenciais ao longo da avenida Atlântica. Politicamente vivíamos a vigência do Estado Novo varguista, e muito embora as rádios já tocassem samba regularmente, ele não era o ritmo musical que animava as festas das classes mais abastadas. Já aconteciam comemorações de ano novo no bairro praiano, além do baile de gala do Hotel Copacabana Palace. Podemos citar o *réveillon* do Bar Leme e do Cassino Copacabana.

As festividades na Cinelândia e na avenida Rio Branco continuavam sendo muito frequentadas. Porém, a partir de agora, os festejos na região central ficaram mais identificados com os estratos populares. Passar o ano novo na Zona Sul era coisa de “gente rica” e que não tinha samba no pé.

No *réveillon* de 1950, mais uma vez, a noite de São Silvestre foi comemorada com a chuva de papel picado promovida pelos escritórios na avenida Rio Branco, geralmente à tarde, e a grande batalha de confetes comandada pelo Rei Momo acontecia a partir da meia-noite. Em 1951 além da batalha de confetes ocorrem desfiles e cortejos em homenagem ao Rei Momo e todos terminavam na Cinelândia com várias sociedades, blocos e grupos carnavalescos fazendo um grande carnaval. Os bailes de gala continuavam ocorrendo nos clubes da Zona Sul e nos hotéis mais luxuosos. A novidade ficou por conta das festas promovidas por algumas boates em Copacabana, a Boate Drink – localizada à avenida Princesa Isabel, 20 – era a mais concorrida. Até o final dos anos 1950 essa dinâmica pouco se alterou. O país vivia um período de reabertura política pós-Estado Novo, mas o Distrito Federal da Guanabara já convivia com o fantasma da transferência da capital para Brasília.

Foi a partir da década de 1960 que o samba começou a marcar presença nos bailes dos clubes elitizados e grandes hotéis. *O Globo* de 2 de janeiro de 1962 estampava em sua capa: “Grito de carnaval no *réveillon* do Copa”, em alusão ao baile de gala do Hotel Copacabana Palace. As escolas de samba, blocos e grupos carnavalescos continuavam circunscritos à Cinelândia, mas o ritmo afro-brasileiro começava a penetrar os salões da alta sociedade. Também nos anos 1960 os jornais passavam a noticiar o “Deprimente culto à Iemanjá” (*O Globo*, 2/1/1962) nas praias da cidade. Destacando o “acinte” ocorrido no Posto 6, de onde um barco com oferendas foi lançado ao mar. Até então não se encontrava notícias referentes aos

cultos de religiões africanas nas praias da cidade, somente às missas de ação de graças. Certamente, os cultos de umbanda e candomblé realizados na orla, dia 31, já ocorriam antes. Mas só passaram a ocupar espaço na mídia a partir da década de 1960 e, em geral, com um enfoque depreciativo.

Em 1963, ocorrências policiais na virada do ano ganharam destaque na mídia impressa. Um incêndio criminoso no baile da Associação dos Empregados de Hotéis, localizada à rua do Carmo, 51. Bem como, 94 intervenções da rádio patrulha, 8 saídas dos bombeiros, e 543 atendimentos no Souza Aguiar macularam a noite de São Silvestre.

No ano seguinte, 1964, tivemos o primeiro *réveillon* sob a vigência do governo militar, na mesma ocasião em que era festejado o IV Centenário da cidade. Nesse contexto as comemorações não se iniciaram com cortejo do Rei Momo, mas, sim, com o discurso do presidente Castello Branco, no Forte de São João. Para marcar a passagem de ano, à meia-noite de 1/1/1965, as igrejas da cidade soaram os sinos, por determinação da cúria metropolitana. Curiosamente, poucas notícias sobre as festas para receber 1965 são reportadas pelos jornais.

Na passagem de ano para 1967, as comemorações pela cidade voltaram a ocupar as páginas dos jornais: “*Réveillon* no Copa recebeu a alta sociedade carioca” (*O Globo*, 2/1/1967). Um baile de grandes proporções foi realizado esse ano no Hotel Copacabana Palace e se distribuiu por 10 salões, além do Golden Room. Ao todo, duas mil pessoas desembolsaram 6.500 cruzeiros para comparecer à festa. Outros bailes de clubes alcançaram a lotação máxima, e as boates da Zona Sul também foram muito concorridas nesse ano. Os festejos na Cinelândia contaram, mais uma vez, com o cortejo do Rei Momo abrindo o carnaval, e dessa vez com a presença do bloco Cordão da Bola Preta. Pela primeira vez os bailes do América Football Club e do Tijuca Tênis Clube – duas tradicionais agremiações da Zona Norte – são citados nos jornais. Com relação aos cultos de religiões africanas, novamente os despachos à lemanjá receberam um tom pejorativo da cobertura jornalística.

As ocorrências policiais ficaram por conta do mau hábito de se festejar a passagem de ano com tiros de revólver, que resultou em 14 feridos a bala. Bem como foram registrados 31 acidentes de trânsito na noite de 31/12/1966, que resultaram em três mortes.

O ano novo de 1967 foi um dos mais comemorados de que tivemos notícia em nossa pesquisa, talvez, uma catarse coletiva para se despedir da bagunça e da espontaneidade de uma das manifestações populares mais festejadas no Brasil depois do carnaval. Um *réveillon* tão animado como o de 1967 no Rio de Janeiro, só voltaríamos a ter no final da década de 1970.

3.3.1 Disciplina e proteção: o ano novo sob a égide do AI-5

Na noite de 13 de dezembro de 1968 o governo militar impôs o Ato Institucional nº 5, além do Ato Suplementar nº 38, que fecha o Congresso Nacional por tempo indeterminado. O Brasil iria conhecer, a partir desse momento, o período mais obscuro de sua história, sendo comandado pelas forças mais retrógradas e reacionárias que havia na sociedade. O AI-5 ampliava desmesuradamente os poderes do presidente da República e dos seus principais assessores que, com ele, compunham o quadro dos detentores do poder absoluto.

Com isso, inaugurava-se uma nova relação entre sociedade e governo. Agora a violação de direitos individuais e coletivos, a perseguição política, a censura aos meios de comunicação e a cassação de mandatos parlamentares estavam previstos na forma da lei. Bem como a suspensão do *habeas corpus*, que simboliza a máxima jurídica liberal de que um homem é inocente até que se prove o contrário.

O modelo centralizador-autoritário dos militares alcançou seu maior impacto nos anos 1970. Época do “milagre”, durante o governo Médici. O desempenho econômico e a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970 geraram um clima de otimismo entre os brasileiros, contrapondo à desarticulação da sociedade civil e à brutal repressão aos movimentos sociais e sindicatos. Enquanto a massa ignara comemorava por semanas a fio o título conquistado por Pelé, Gérson, Rivelino e cia., os opositores do regime eram silenciados a fórceps nos porões da ditadura.

O sinal de que algo de muito grave acontecia podia ser notado – sutilmente – nos jornais. Muito embora, ao final de dezembro de 1968, não houvesse notícias cobrindo diretamente as violações decorrentes do AI-5. Porém, a cobertura jornalística sobre o *réveillon* de 1969 em vez de mostrar as comemorações, dava mais espaço ao grande esquema de segurança montado pelo governo – que

abrangia a polícia, o corpo de bombeiros, os hospitais, e o corpo marítimo de salvamento – a fim de evitar excessos e balbúrdia na noite do dia 31. A polícia também seria responsável por coibir, nas ruas, a venda indiscriminada de bebidas alcoólicas, bem como prender pessoas trajadas de biquínis e sungas lascivos, ou outros tipos de indumentária minimalista.

1968, ano que não terminou – em alusão à obra literária do jornalista Zuenir Ventura – teve um final melancólico. Na hora da virada, em vez da queima de fogos, o Golden Room do Copacabana Palace encheu-se de júbilo e patriotismo com a presença do ministro Mário Andreazza (Arena) para a execução do Hino Nacional. Só depois do dever pátrio cumprido os fogos de artifício foram acesos.

Na década de 1970 o *réveillon* na praia de Copacabana começava a ganhar projeção. Nos jornais, já encontramos notícias de que alguns terreiros de umbanda se deslocavam para outras praias – como a Barra da Tijuca e Guaratiba – a fim de praticar seus rituais longe dos curiosos. Outro fato interessante – dessa época – é a pouca cobertura dada às festividades de ano novo no Centro da cidade, apenas notas curtas. Copacabana se tornava o foco das atenções da passagem de ano no Rio de Janeiro.

Em alguns bailes como o do Canecão, por exemplo, registramos a permissão do uso de trajes esporte. Exceção dos tradicionais: Fluminense, Caiçaras, Monte Líbano e Hotel Copacabana Palace, que ainda exigiam o uso de indumentária a rigor.

“1974 chegará com muita calma, alegria e disciplina”, manchete do jornal *O Globo* de 31/12/1973. Mais uma vez o forte esquema de segurança que seria montado a fim de coibir a “bagunça” foi largamente reportado pela mídia. Não à toa, nos primeiros dias úteis de 1974 registrou-se uma queda do consumo de bebidas alcoólicas e o esvaziamento dos bailes de ano novo. Talvez, ao tomarem consciência da conjuntura repressiva que dominava o país, e a forte presença policial nas ruas na noite do dia 31 as pessoas sentiam-se menos à vontade para comemorar.

A década de 70 se esvaía, assim como o “milagre” ventilado pelo governo militar. O fracasso do modelo econômico baseado na substituição de importações era uma tragédia anunciada que ruiria definitivamente no começo dos anos 1980 com a moratória parcial do Brasil, decretada pelo governo do general João Baptista Figueiredo em 1982. Não à toa, a partir daí, os militares começaram a afrouxar o

cerceamento e a vigilância durante essas efemérides. O general Golbery do Couto e Silva (Arena) já articulava a reabertura política, a pedido do presidente Ernesto Geisel. A revogação do AI-5 e a Lei de Anistia eram uma questão de tempo.

O ponto alto do *réveillon* de 1977 foi o grande baile do Hotel Nacional, em São Conrado, o mais disputado nessa ocasião. Durante a tarde uma grande chuva de papel picado cobriu a avenida Rio Branco como há tempos não acontecia, mas, infelizmente, um incêndio na esquina com a avenida Presidente Vargas, causado pela combinação do papel com guimbas de cigarro, atingiu sete automóveis estacionados no passeio (*O Globo*, 2/1/1977). Para os festejos no Centro da cidade a prefeitura montou um palco na Cinelândia, onde artistas populares se apresentaram. Também houve distribuição de chope e salgados aos foliões.

Nas praias o espetáculo ficou por conta dos rituais à lemanjá, executados pelos terreiros de umbanda com seus cantos, batuques e barquinhos de oferendas lançados ao mar. Também havia consulta espiritual aos interessados que formavam filas pela areia de Copacabana. Nesse ano, três mil terreiros se espalharam pela orla carioca. Vale lembrar que desde 1968 a “noite de lemanjá” é incluída no calendário turístico da cidade.

À meia-noite de 1978, 204 paróquias da cidade celebraram missas de ação de graças pela passagem de ano. Marcando o espaço da Igreja Católica.

A Companhia de Transportes Coletivos (CTC) divulgou um balanço onde informou ter transportado 427 mil passageiros na noite do dia 31, só na Zona Sul. Para isso contou com um efetivo de 400 ônibus nessa região da cidade a fim de evitar filas e aglomerações nos pontos. (*O Globo*, 2/1/1977).

1977 fora o *réveillon* mais movimentado sob a vigência do AI-5.

A chegada de 1979 teve comemoração dupla. A primeira, obviamente, saudando o novo ano que iniciava. A segunda se devia à revogação do AI-5 e à volta do respeito às liberdades individuais que – teoricamente – tornariam a ser um direito do cidadão a partir da zero hora daquele ano. *O Globo* estampou na primeira página da sua edição de 31/12/1978: “Depois de 10 anos e 18 dias, o fim do AI-5”.

Diferente do que habitualmente acontecia, a coroação do Rei Momo foi realizada na avenida Atlântica, às 21h de 31/12/1978 em frente ao Hotel Miramar, ao som da banda da rua Sá Ferreira. O evento reuniu 1.000 pessoas que, depois, ficaram pela orla aguardando o momento da virada.

A presença dos terreiros de umbanda, sempre marcante, reuniu multidões de pessoas ao longo dos 87km de praias do Rio. Os devotos de lemanjá faziam preces, despachos com oferendas, ou simplesmente observavam os rituais e festejavam a passagem de ano.

Um congestionamento de grandes proporções parou o trânsito da cidade entre o Leme e a Barra da Tijuca, o que, além de prejudicar a locomoção das pessoas causou muitos acidentes. Nessa época não havia nenhum esquema espacial de tráfego para o dia 31, a fim de evitar a entrada de automóveis em Copacabana ou nas avenidas que margeiam a orla da cidade.

É interessante notarmos que até aqui a queima de fogos em Copacabana não era um assunto recorrente nos jornais. Pontualmente, em alguns anos, comentava-se sobre um bar, restaurante ou hotel na avenida Atlântica, que, por conta própria, soltou fogos de artifício para saudar o ano novo. O grande destaque do *réveillon* nas praias do Rio, até aqui, sem dúvidas, são os rituais dos terreiros de umbanda à lemanjá. Agora, noticiados pela grande imprensa sem o tom depreciativo do início dos anos 1960.

3.4 Anos 80: o *boom* dos fogos de artifício em Copacabana

A partir da década de 1980 o *réveillon* de Copacabana começou a incorporar elementos que o transformariam, a partir dos anos 90, num dos principais megaeventos da cidade do Rio de Janeiro e num dos principais produtos turísticos do Brasil, consumido mundialmente.

Em 1981 um dos mais bem-sucedidos empresários da noite carioca – dono da boate Hippopotamus – assumiu (com o aval da família Guinle) o baile de ano novo do Hotel Copacabana Palace. Na intenção de promover ainda mais o evento, Ricardo Amaral transferiu a queima de fogos do terraço para a praia, na faixa de areia em frente ao hotel. Sua aposta foi certa, o baile do Copa naquele ano lotou como há tempos não acontecia e uma grande quantidade de pessoas posicionou-se na areia, perto do hotel, a fim de ver de perto o espetáculo. Esse foi o ponto alto das festividades de ano novo nessa ocasião.

No Centro da cidade houve o chamado “*réveillon* popular”, promovido pela Riotur, na Cinelândia, a partir das 22h. Com trios elétricos e desfiles carnavalescos das três escolas de samba campeãs do carnaval de 1980: a Portela, a Beija-Flor de Nilópolis, e a Mocidade Independente de Padre Miguel. Mais do que nunca, desse momento em diante, a festa de Ano Novo no Centro ficou relegada às camadas realmente populares. A classe média e a alta sociedade festejavam o ano novo na Zona Sul.

Em 1982 o empresário Marius, dono da churrascaria Marius, no Leme, também passou a promover a sua queima de fogos. Ou seja, no *réveillon* de 1983 tivemos dois pontos de queima de fogos na areia. Um na altura da rua Rodolfo Dantas, em frente ao Hotel Copacabana Palace, e outro no Leme, em frente à churrascaria Marius. Somando-se a isso, o Hotel Le Méridien (na esquina das avenidas Atlântica e Princesa Isabel) promove um espetáculo de raios laser em seu terraço, dando outro colorido à noite de São Silvestre. Uma novidade à época!

Com isso, a partir de 1983, o *réveillon* de Copacabana começou a atrair cada vez mais pessoas, o que resultaria num esvaziamento das festividades na Cinelândia. Os jornais da época relatam que, na noite de 31/12/1983, bares como o tradicional Amarelinho sequer ficaram abertos de noite.

Em 1986 temos o ano novo que marcou a reabertura política do Brasil. Nesse ano, o número de pessoas presentes em Copacabana e a duração da queima de fogos bateram todos os recordes de que se tinha notícia. Além das já conhecidas queima de fogos do Copacabana Palace e da churrascaria Marius, outros bares e restaurantes da orla também soltaram seus morteiros e chuvas de prata. O Hotel Le Méridien surpreendeu a todos lançando fogos do seu terraço. Tudo somado proporcionou aos presentes um espetáculo pirotécnico com 45min de duração. Caixas de som montadas pela Rádio Globo ao longo da avenida Atlântica tocaram valsas à meia-noite a fim de marcar a passagem de ano (*O Globo*, 2/1/1987).

Outra grande festa foi realizada no Morro da Urca, promovida pelo empresário Guilherme Araújo, a animação durou até o raiar do sol e contou com a presença de artistas famosos, turistas e travestis.

Novamente um grande engarrafamento tornou um caos o trânsito na Zona Sul, prejudicando substancialmente a locomoção das pessoas e causando inúmeros acidentes.

No *réveillon* de 1988 o grande advento do ano novo de Copacabana é a cascata de fogos do Hotel Le Méridien, com 118m de comprimento por 42m de largura. Um espetáculo inédito que emocionou a todos os presentes. Primeiro foi o Hotel Copacabana Palace a iniciar a queima de fogos, em seguida a churrasceria Marius e o Forte de Copacabana (no Posto 6), depois o Hotel Rio Othon Palace e a boate Help. Em meio a esse show de luzes e cores o Hotel Le Méridien inova com um espetáculo lindíssimo. A cascata do Méridien, como ficou conhecida, durou até o *réveillon* de 2001, quando foi proibida pelo Corpo de Bombeiros alegando problemas de segurança.

As comemorações pela chegada de 1988 superaram os números do ano anterior, segundo o jornal *O Globo*, 2 milhões de pessoas estiveram em Copacabana aguardando a chegada do novo ano. As 400 caixas de som instaladas pela Rádio Globo ao longo da orla tocaram samba, Beatles e Villa-Lobos. Quando faltavam 10 segundos para 1988 iniciou-se uma contagem regressiva até a explosão de alegria à meia-noite.

O *réveillon* de Copacabana, nesse ano (1987-1988), contou com o apoio da Riotur, que, passaria a assumir a festa por completo, a partir de então, durante a gestão do prefeito Saturnino Braga. Coincidência ou não, ao mesmo tempo em que a prefeitura passou a promover o *réveillon* de Copacabana, o empresário Ricardo Amaral deixou o comando do baile de gala do Hotel Copacabana Palace.

Doravante, a prefeitura investiu num novo sistema de iluminação para a praia de Copacabana, a fim de que as pessoas pudessem tomar banho de mar e praticar esportes na areia à noite. Pela primeira vez, também, a prefeitura montou um esquema de trânsito a fim de evitar os longos engarrafamentos na Zona Sul, na noite de *réveillon*. Ao meio-dia de 31/12/1988 o prefeito Saturnino Braga abriu as comemorações pelo ano novo no largo da Carioca, com a presença de passistas de escolas de samba e também do Rei Momo. Às 21h os acessos a Copacabana foram fechados aos veículos particulares a fim de se evitar os congestionamentos dos anos anteriores. O *réveillon* de 1989 também marcou a reabertura da cantina La Fiorentina, no Leme, fechada por 26 dias após um incêndio. Sua reinauguração ocorreu dia 30/12/1988.

Com relação à queima de fogos, a prefeitura espalhou os artefatos em seis pontos estratégicos ao longo da areia, que se distribuíam do Leme ao Posto 6. Além

desses também houve queima de fogos na boate Help, no Hotel Copacabana Palace e a cascata do Hotel Le Méridien.

Porém, infelizmente, o *réveillon* de 1989 não entrou para a história como a primeira passagem de ano em Copacabana totalmente organizada pela prefeitura. Mas sim, pelo naufrágio do *Bateau Mouche IV*. Uma antiga embarcação que fora utilizada anos a fio para transporte no rio Amazonas e, posteriormente, trazida para o Rio e modificada por uma agência de turismo com a adição de dois andares e um terraço suplementar. Sua capacidade, que originalmente era de 62 passageiros, mais do que dobrou para 153 ocupantes. Utilizando o mesmo casco e a mesma motorização: uma tragédia anunciada. A noite de 31/12/1988 fora de tempo instável e mar agitado segundo a Capitania dos Portos. O *Bateau Mouche IV* partiu da baía de Guanabara em direção à praia de Copacabana para que os ocupantes assistissem à queima de fogos a bordo. Ocorre que a embarcação, ao entrar em alto-mar, não resistiu às primeiras ondas, adernou e afundou, levando a óbito 55 dos 153 passageiros a bordo. Os donos da Bateau Mouche Rio Turismo, dois espanhóis e um português, fugiram para os seus países de origem e as famílias das vítimas nunca foram indenizadas pelas perdas.

Além da tragédia do *Bateau Mouche*, notícias sobre a violência urbana passaram a dividir espaço com a cobertura da noite de festa para receber 1989. Foram 14 assassinatos a bala, sendo nove na capital e cinco na Baixada Fluminense. Vinte e oito vítimas com queimaduras ocasionadas por fogos de artifício, três afogamentos nas praias e um suicídio.

No início dos anos 1990, Marcelo Alencar assumiu a prefeitura da cidade maravilhosa e dá sequência ao planejamento do ano novo, feito pela Riotur, desde a gestão de Saturnino Braga. Não tivemos grandes novidades nesse período.

É a partir de 1993 quando o prefeito César Maia iniciou a sua gestão municipal que novos incrementos foram realizados no ano novo de Copacabana. Os pontos de localização dos fogos na areia da praia passaram de 6 para 10. Agora eles ficavam em frente ao Hotel Leme Palace, ao Hotel Le Méridien, ao Hotel Copacabana Palace, Hotel Rio Atlântico, Hotel Rio Othon Palace, Hotel Luxor Regente, à discoteca Help, à rua Paula Freitas, à rua Figueiredo Magalhães, e no Forte de Copacabana (Posto 6).

O *réveillon* de 1994 foi o que estreou essa nova formatação com mais fogos na areia. A prefeitura também organizou shows na praia a partir das 19h,

começando com a bateria da escola de samba Unidos da Tijuca, depois com a Orquestra Tabajara e à meia-noite Jorge Benjor subiu ao palco para animar a festa que reuniu mais de 1 milhão de pessoas, segundo o jornal *O Globo*. Um fato notado à época foi o Hotel Le Méridien só acender sua cascata ao final do espetáculo pirotécnico na areia. A justificativa dada pelo hotel fora que o atraso havia sido programado para que seus hóspedes, que desembolsaram Cr\$ 439.000,00 para desfrutar do ano novo em suas dependências, não deixassem de ver os fogos da praia.

As, agora tímidas, comemorações na avenida Rio Branco ficaram circunscritas ao período da tarde, com chuva de papel picado dos escritórios, e o desfile da escola de samba Caprichosos de Pilares.

No ano seguinte, *réveillon* de 1995, a grande atração foi o show do cantor norte-americano *Rod Stewart*, que, segundo *O Globo*, levou 3,5 milhões de pessoas à praia de Copacabana. No mais, a dinâmica fora a mesma do ano anterior, com todo o foco em Copacabana e tímidas comemorações no Centro. A prefeitura, mais uma vez, aumentou a quantidade de fogos, agora seriam 2,5 toneladas de explosivos, espalhados pelos dez pontos na areia.

É durante a gestão do prefeito César Maia que a passagem de ano em Copacabana realmente torna-se um megaevento. Com ampla cobertura midiática sobre todos os preparativos para o *réveillon*, detalhes da queima de fogos, os shows na praia, os turistas nacionais e estrangeiros chegando à cidade nos primeiros dias após o Natal e, nos dias subsequentes, o saldo da festa.

Em 1999 o grande destaque no ano novo foi a abertura da Linha Amarela, que levou muitas famílias à praia da Barra da Tijuca. Em Copacabana, 2,5 milhões de pessoas foram às areias da princesinha do mar ver a queima de fogos que durou 12min e teve 14 cores diferentes. A Polícia Militar espalhou 1.200 homens do Leme ao Leblon, num forte esquema de segurança, mas, mesmo assim, na hora da virada tiros de fuzil com munição traçante cruzaram o céu da Zona Sul.

Na segunda, de suas três gestões à frente do município do Rio de Janeiro, o prefeito César Maia alterou a posição dos fogos em Copacabana, devido a um grave incidente. No *réveillon* de 2001, uma falha nos detonadores, fez com que alguns fogos fossem disparados contra as pessoas na areia e também atingissem alguns edifícios à avenida Atlântica. Ao todo, foram 58 feridos com graves queimaduras e uma vítima fatal, atingida por estilhaços de plástico na garganta. Com isso, a

proximidade que havia entre os frequentadores e os fogos fora questionada pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros. Sendo assim, a partir desse episódio os fogos passaram a ser posicionados em balsas no mar a 360m da areia, e a cascata do Hotel Le Méridien foi proibida.

A cidade maravilhosa adentrava o século XXI. Não houve *bug* do milênio, os computadores não enlouqueceram, mas a violência urbana e as guerras de traficantes por pontos de vendas de drogas aumentaram substancialmente ocupando cada vez mais espaço nos jornais. A alegria dos festejos populares passou a dividir espaço na mídia com as notícias sobre tiroteios, arrastões no túnel Rebouças, e um novo elemento se fez presente potencializando essa mistura explosiva: as milícias.

A cultura do medo e do risco iminente chega ao clímax a poucos dias do *réveillon* de 2007, quando traficantes e milicianos em guerra e realizam uma série de ataques pela cidade. Incendiando ônibus, metralhando carros e cabines da Polícia Militar, fazendo arrastões em vias expressas, instaurando o caos na cidade a partir da madrugada de 28/12/2006. Os oito anos de gestão da família Garotinho à frente do governo do estado do Rio (1998-2006) terminavam em ritmo de salve-se quem puder.

4 O RÉVEILLON OLÍMPICO E PACIFICADO

4.1 O Rio “chapa quente” no início do século XXI

O imaginário está na ordem do dia, e com ele a multiplicidade de sentidos que cada pessoa confere à sua existência.

MAFFESOLI, 2004, p. 97

A alcunha de “cidade partida”, concebida pelo jornalista Zuenir Ventura em 1993 para se referir ao Rio de Janeiro, se intensifica a partir dos anos 2000 com o aumento da violência urbana. As disparidades socioeconômicas que distanciam a favela do asfalto e a criminalidade aumentaram, passando a ocupar mais espaço nos meios de comunicação que, ora enaltecem o Rio “cidade maravilhosa”, ora o Rio “cidade do medo”. Segundo dados da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), em 1996 foram registrados 4.650 homicídios por arma de fogo no Grande Rio, em 2002 esse número aumentou para 5.443, demonstrando que a cidade entrava no século XXI sob o fantasma da violência. Utilizando uma expressão muito comum à época, a chapa estava quente!

As guerras entre traficantes, antes circunscritas à Baixada Fluminense e alguns bairros da Zona Norte, passam a ocorrer com mais frequência na Zona Sul, região que concentra os estratos sociais mais abastados da cidade e a maioria dos pontos turísticos, hotéis e recebe o maior contingente de visitantes. Dessa forma, os acontecimentos ali acabam tendo mais destaque nos meios de comunicação de massa. Em 10 de abril de 2004, o jornal *O Globo* estampava em sua primeira página a manchete “A Semana Santa sangrenta na Rocinha”, referindo-se à guerra entre traficantes da Rocinha e do Vidigal que levava pânico a um dos bairros com o IPTU mais caro da cidade: São Conrado.

Às portas de 2005, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), lançou a campanha “O Grito do Rio” onde, em chamadas de página inteira no *O Globo*, criticava o aumento da criminalidade no estado e a política de segurança pública do governo Rosinha Matheus. O símbolo da campanha trazia

uma flecha fincada no nome “RIO”. Logo em seguida, *O Globo* trazia uma reportagem sobre uma pesquisa realizada pela própria Firjan que entrevistou 2.665 pessoas no segundo semestre de 2004 perguntando-lhes se já haviam sofrido algum tipo de violência naquele ano. Destacava o jornal que 1 em cada 4 entrevistados fora atingido de alguma forma pela criminalidade: 56% sofreram assalto a mão armada; 29% foram vítimas de furto; 17% sofreram outros tipos de violência não especificados; e 2% eram relacionados a sequestros. O sociólogo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ignácio Cano, consultado pela equipe de *O Globo* nessa reportagem dizia que: “A elite que normalmente ficava de costas para a violência que atingia a parcela mais pobre da população, agora acordou”. A barbárie, definitivamente, atravessara o túnel!

A cobertura dos megaeventos realizados no Rio não escapou a esse clima de tensão que, segundo *O Globo*, havia na cidade. Sua primeira página de 31/12/2004 trazia a manchete “Copacabana conta os minutos para 2005”. Mas, diferente de anos anteriores, notadamente até a década de 1990, agora a cobertura da festa em Copacabana dividia espaço com notícias sobre uma cidade bela e alegre, mas violenta. Não queremos com isso dizer que anteriormente não existiam reportagens sobre a violência do Rio nas páginas de *O Globo*, mas agora elas ocorrem em maior quantidade e destaque, dividindo espaço com as notícias sobre o ano novo.

“Um menor atacou a dentadas uma família de alemães no Centro”; “Mais turistas foram furtados”; “Ladrões invadem albergue em Copa”; “Dinheiro roubado em cofres de hotéis”; “2.498 casos de roubo a turistas no Rio em 2004”. São manchetes do caderno Rio do jornal *O Globo* de 31/12/2004. Ao mesmo tempo, nesse caderno, estão todos os detalhes da festa para a chegada de 2005 que terá, na praia de Copacabana, shows de Dudu Nobre, Alcione, Elba Ramalho, Barão Vermelho, AfroReggae e as baterias das escolas de samba: Portela, Beija-Flor e Grande Rio. Os shows aconteceram em três palcos montados na areia em frente às ruas Constante Ramos, República do Peru, e à Anchieta (no Leme). Os fogos de artifício seriam distribuídos em oito balsas a 360m da areia, em frente à rua Bolívar, à rua Santa Clara, à Siqueira Campos, à Paula Freitas, ao Hotel Copacabana Palace, à rua Duvivier, à Prado Júnior, e a última em frente à churrascaria Marius.

Um fato inusitado ocorrera nesse *réveillon* de 2005, pela primeira vez o público vaiou a queima de fogos. Por conta de uma espécie de colchão de fumaça que se formou no céu de Copacabana, durante o espetáculo pirotécnico, a visão dos

fogos foi significativamente prejudicada, o que gerou grande insatisfação nas 3,3 milhões de pessoas presentes. “Fumaça decepciona e invade quartos do 22º andar do Othon” (*O Globo*, 1/1/2005). Nesse mesmo jornal, o caderno Rio é pontualmente renomeado de “Paz no Rio” e logo abaixo a mensagem: *Que em 2005 os cariocas tenham ainda mais motivos para se orgulhar do Rio. É o que deseja O Globo*. Logo em seguida é colocada a fala de um cidadão entrevistado em Copacabana na noite da virada – Octacílio Faustino, 59 anos, morador de Del Castilho – que diz: “O carioca quer paz. Merecemos! O Rio está muito violento, estou pedindo paz e tranquilidade para a nossa cidade. Nós merecemos!”. Corroborando com a representação de uma cidade arriscada e perigosa, em seguida, mais notícias sobre a violência na cidade ocupavam o caderno Rio: “Policial dispara tiros no Parque Garota de Ipanema”; “PMs mortos a tiros de fuzil em Jacarepaguá” e “Traficante Dudu preso passando *réveillon* numa casa de praia em Saquarema” (*O Globo*, 1/1/2005).

No final de dezembro de 2006, quase no *réveillon* de 2007, uma disputa por territórios entre traficantes e milicianos, deixou o Rio em pé de guerra. Ataques relâmpago em diversos pontos, da Baixada à Zona Sul, inclusive a delegacias de polícia e cabines da PM, dão à população a sensação de total vulnerabilidade. *O Globo* noticiou esses eventos num encarte dentro do caderno Rio sob o título “A guerra do Rio”, onde relatava minuciosamente os ataques dos criminosos e destacava a impotência da polícia e da então governadora do estado – Rosinha Matheus – esposa do ex-governador Anthony Garotinho. O medo e o risco iminente a que todos estávamos sujeitos nas ruas da cidade eram uma constante nas páginas do jornal *O Globo*, conforme a manchete de 29/12/2006, período em que aconteciam os ataques: “Ano novo: medo da violência bate às portas de 2007”.

Mas é a partir de 2008 quando a cidade é escolhida como uma das sedes da Copa de 2014 e, notadamente, em outubro de 2009 quando o Rio é eleito cidade-sede das Olimpíadas de 2016, que a cobertura jornalística sobre a cidade e seus problemas relacionados à violência mudam significativamente. Ou seja, esse mesmo jornal que antes relatava uma cidade caótica e entregue ao “poder paralelo”, agora nos narra um Rio em notória ascensão, como se nada pudesse deter nossa trajetória à prosperidade. Uma mudança de panorama muito drástica para um curto espaço de tempo. *O Globo* que descrevia uma cidade entregue à própria sorte no *réveillon* 2005, enaltece-a em 1/1/2013 com a primeira página: “Rio na era de ouro”.

4.2 Mídia, violência e a cultura do medo

Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.

Beck, 2010, p. 23

As grandes cidades contemporâneas têm se pautado por uma espécie de cultura de risco que evidencia a suspeita e o perigo como vilões do cotidiano. A mídia, por sua vez, reforça essa tendência ocupando boa parte do tempo de seus usuários com denúncias e matérias jornalísticas centradas na escalada da violência. Nesse panorama, o homem urbano contemporâneo se sente acuado, cria espaços de fuga e constrói sua história de vida entre grades, muros e telas. Nos últimos anos, a exemplo do que acontece em outras partes do mundo, as metrópoles brasileiras assistiram ao crescimento do número de shopping centers (FREITAS, 1996, 1999; 2005; LARDELLIER, 2005; FREITAS; NACIF, 2005), condomínios fechados, centros empresariais e redes sociais na web, cultivando, muitas vezes, um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação (CALDEIRA, 2000, p. 259). Paralelamente, essas metrópoles sediam inúmeras manifestações coletivas de ordem pública, como bem exemplificam o *réveillon* e o carnaval do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é representado em todo o mundo por uma série de características da ordem do belo e, ao mesmo tempo, por uma variedade de questões ligadas à violência. Reconhecida como uma cidade de festas e com um povo sorridente, o Rio de Janeiro é comumente associado a eventos como o *réveillon* e o carnaval. Em ambos, a festa e a violência são dois ingredientes que nutrem narrativas populares e midiáticas antes, durante e depois dos eventos. Para Maffesoli, o “mal” faz parte das noções do “bem”, sendo elementos fundamentais para quaisquer ajuntamentos de pessoas (MAFFESOLI, 2002, p. 96,

122, 153). Bem e mal, alegria e dor, vida e morte são alguns dos jargões que orientam a produção comunicacional sobre o cotidiano do Rio de Janeiro, principalmente em períodos marcados por grandes festas frequentadas por turistas.

Também temos de levar em conta que o contexto internacional influencia o imaginário de violência e tragédia que alimenta o repertório midiático nos diversos continentes. Appadurai salienta esse aspecto ao analisar a nova geografia que se configura com o terrorismo, e seus refugiados, mundo afora (APPADURAI, 2007, p. 57-75). Mike Davis também aborda a temática ao analisar o crescimento das favelas nas metrópoles, vislumbrando uma explosão urbana de tal ordem que as favelas se uniriam em um processo global, o qual contaria com novos conceitos de segurança e violência ainda não reconhecidos pela sociedade formal (DAVIS, 2006, p. 7-22). François Ascher, ao propor o termo de “metapole”, cidade exponencialmente cosmopolita, é mais um sociólogo a incluir a violência e suas consequências na geografia urbana como uma característica das grandes cidades dos nossos tempos (ASCHER, 2004, p. 15-20).

Ulrich Beck diagnostica a aliança entre capitalismo e desenvolvimento tecnológico como uma ruptura no interior da própria modernidade, reconfigurando-a como sociedade de risco. Já Robert Castel (2003, p. 57-62) prefere falar sobre uma “insegurança social” que contamina todo o mundo, obrigando os cidadãos a recorrerem cada vez mais a seguros de todas as naturezas. Esse ponto de vista é compartilhado por Peretti-Watel quando diz que, hoje em dia, os perigos são previsíveis e calculáveis, fazendo com que os sistemas de vigilância e as companhias de seguros acabem substituindo, muitas vezes, o papel da justiça e mesmo da polícia (PERETTI-WATEL, 2001, p. 9-36).

No início do século XXI, a comunicação social ajuda a reestetizar a produção de bens e serviços, construindo uma variedade de discursos de consumo centrados na expansão de necessidades. A segurança é um dos seus principais motes. Com isso, generaliza-se o pânico e o medo, estimulando-se a pluralidade de produtos e serviços de segurança que ajuda a propiciar um certo sentimento de “não acabamento” no cotidiano (MAFFESOLI, 1996, p. 87-201). No Brasil, isso se evidencia ao lermos os principais jornais de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília. Em todas elas, a violência é uma temática presente no dia a dia e vive-se um estado de emergência que dá a impressão de nunca se

ter tempo de finalizar as coisas já que sempre há de se escapar de algo. Ao mesmo tempo, para Maffesoli, a violência, renovada pela internet e pelos pós-modernos ajuntamentos sociais, é um marco dos tempos, o que pode representar o início de um novo estágio de coisas, ou mais uma nova ordem mundial, seja para o melhor ou para o pior (2002).

O fermento social proveniente de ajuntamentos de pessoas de diferentes procedências forma o ambiente para uma nova concepção de comunidade e de esfera pública que predomina nos megaeventos. O *réveillon* carioca privilegia uma impressionante pluralidade de imagens motivando a construção de redes de comunicação nas quais cada ator representa vários personagens ao mesmo tempo. Poderia-se arriscar a falar de um certo “narcisismo coletivo” – “reconhecemo-nos no outro, a partir do outro” (Maffesoli) – que se pulveriza entre os públicos do carnaval e do *réveillon* no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, pelas máscaras e todo o “aparatus estheticus” da pós-modernidade. Na década de 1980, Baudrillard defendia que a sociedade caminhava para um desinvestimento do sistema dos objetos em favor de uma hiperrealidade onde as coisas e as pessoas misturavam-se em terminais de múltiplas redes: “Hoje, nem palco nem espelho, mas uma tela e uma rede. Nem transcendência nem profundidade, mas [...] a superfície lisa e operacional da comunicação.” (BAUDRILLARD, 1987, p. 12). O quadro, mais de duas décadas depois, não é muito diferente. Lipovetsky (2006), ao refletir sobre o hiperconsumo contemporâneo, acredita que o espírito do consumo desenfreado se infiltrou definitivamente nas relações das famílias e das religiões, da política e do sindicalismo, e da cultura, das artes e do lazer.

Os objetos são cada vez mais efêmeros, apesar de estarem, como nunca, impregnados ao imaginário do cotidiano urbano, o qual, sem comunicação, não parece ter mais sentido. Ao mesmo tempo, percebemos que o megaevento aqui estudado – *réveillon* – se inscreve em um imaginário de tradição que cresce a cada ano, sugerindo o retorno do palco e do espelho. Tudo isso potencializado pelas múltiplas tecnologias informacionais e redes sociais.

Apesar de o homem contemporâneo ter se acostumado a perceber o outro através de máquinas (telefone, televisão, internet) e dentro de novos espaços (shopping centers, condomínios fechados, centros empresariais), ele continua querendo ou precisando viver em contato presencial com diferentes pessoas,

mesmo que seja de forma efêmera, na qual o espetáculo é um dos ambientes que as une.

Eventos como o *réveillon* sugerem uma segunda imagem da cidade do Rio de Janeiro, apenas utilizando a paisagem da praia, das favelas e das montanhas para compor o cenário. Durante todo o ano, o cotidiano é estabelecido por notícias de horror que induzem habitantes e turistas a se protegerem pelos mais diversos tipos de seguros e de aparatos eletrônicos de vigilância. No entanto, em períodos como o *réveillon*, as pessoas retomam as ruas. Efetivamente, as UPPs colaboram para um novo quadro midiático no qual o espetáculo se sobrepõe, como plataforma de negócios, à violência, mas, não podemos desprezar a hipótese de que, no Rio de Janeiro, em períodos de megaeventos sempre houve um bem-estar coletivo mais acolhedor que no restante do ano.

Ao estudarem a cultura da violência contemporânea, Peretti-Watel (2001) e Bauman (2008a) levam em consideração os riscos a que toda a humanidade está sujeita em nível global, como a questão da camada de ozônio e das grandes epidemias, e também aqueles que ganham valor local ou comunitário por fazerem parte da história social e cultural de um determinado grupo ou lugar, como a dengue ou a violência urbana no Brasil.

No pós-guerra, o lazer se tornou um dos principais domínios de aplicação das indústrias. A partir desse período, ascender ao lazer representa também a possibilidade de gerar uma vida privada. Edgar Morin, ao analisar a crise da felicidade e da problemática da vida privada, considera que “a cultura de massa torna-se então a cultura do indivíduo privado, desenvolvendo-se no mesmo ritmo que a sociedade técnico-urbano-burguesa” (MORIN, 1984, p. 380). Morin ilustra ainda essa busca da felicidade pela construção de utopias concretas, tais como os clubes de férias. Nessa linha, podemos acrescentar os shopping centers, os condomínios fechados e os megashows (como o Rock In Rio) como fenômenos dessa cultura espacial que se confirma como segmentada e, ao mesmo tempo, globalizada. Por essa ambivalência, passam os principais atrativos desses espaços urbanos como consumo e lazer, ao mesmo tempo que colaboram para várias mudanças na interpretação sobre os limites entre público e privado, seja na esfera do cotidiano urbano seja na esfera da notícia. Habermas (1984, p. 32-48) assinala que, no século XIX, os próprios conceitos recém-formulados pela

modernidade já não atendiam a todas as questões teóricas sobre as definições do público e do privado da sociedade capitalista que se consolidava.

Ao pensarmos a comunicação social e as representações sociais em uma metrópole como o Rio de Janeiro, os limites entre o público e o privado constituem-se como importante fonte de indagações acadêmicas, sobretudo em um momento em que a cidade é escolhida para acolher dois dos maiores megaeventos esportivos do mundo: a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. No caso de cidades associadas à violência, esses megaeventos exigem um planejamento que tenha sempre como prioridade a segurança dos atletas e das plateias, considerando, entre outras, questões como contrato de seguros e cuidados com horários, locais e porte de equipamentos.

As representações delineadas pela mídia impressa em torno dessa problemática é uma questão que muito nos inquieta, daí nossa proposta de chamar a atenção para essa mudança de postura do jornal *O Globo*, no que diz respeito à cobertura do *réveillon* carioca. Tentaremos, a partir de agora, traçar uma projeção de como essa mudança vem se estruturando, desde o *réveillon* da “Guerra do Rio” em 2007, até “O maior *réveillon* de todos os tempos” para receber 2013.

4.3 Rio recebe 2007 em clima de guerra

O carioca recebeu o novo ano com esperança mas apreensivo por causa da onda de violência dos últimos dias de 2006. Os ataques ainda repercutiam ontem, enquanto os fogos estouravam na cidade.

O Globo, 1/1/2007.

Em 28 de dezembro de 2006, *O Globo* estampava em sua primeira página: “Traficantes atacam e aterrorizam o Rio”. Segundo o jornal, facções de traficantes teriam se unido contra as milícias numa disputa por territórios. Em meio a essa guerra entre criminosos o caos se instaurou na cidade a partir de 27/12/2006, até a madrugada de 30/12/2006. As reportagens veiculadas no jornal têm um tom

notoriamente apelativo, como em 29/12/2006, “A barbárie nas ruas”. Nesse contexto *O Globo* cria um encarte intitulado “A guerra do Rio”, que vinha dentro do caderno Rio do jornal. Neste, as reportagens explicavam detalhadamente como se deram os ataques, supostas conversas telefônicas entre bandidos, e destaca a impotência da polícia diante dos criminosos.

O pior ataque a alvos civis, segundo *O Globo*, ocorreu na madrugada de 29/12/2006, na avenida Brasil, e foi noticiado assim pelo jornal no encarte “A guerra do Rio”:

Pouco depois da meia-noite, na avenida Brasil, 15 homens encapuzados e vestidos de preto param um ônibus da viação Itapemirim que chegava ao Rio com 28 passageiros a bordo. Um dos bandidos entra no veículo e rouba celulares, carteiras e joias. Do lado de fora, um comparsa grita: Põe fogo! O bandido joga um saco com gasolina no chão e põe fogo. As chamas se espalham rapidamente. Vários passageiros estavam dormindo na hora do ataque. Desesperados, os passageiros tentam quebrar as janelas a chutes. Três janelas são quebradas e a maioria dos passageiros consegue escapar. Sete morrem carbonizados. Os que conseguiram sair são socorridos horas depois porque os bandidos não permitiram que PMs e bombeiros se aproximassem.

Teríamos chegado ao fundo do poço? A barbárie realmente tomaria conta da cidade? Os eventos que aconteciam eram gravíssimos e não podiam passar em branco, mas o peso dado pelo jornal a esses fatos contribuía ainda mais para espalhar o medo e afastar o cidadão das ruas. Ao abrir o caderno referente às notícias da cidade, o leitor se deparava imediatamente com o título “A guerra do Rio” e sequência de manchetes e notícias aterradoras em 29/12/2006:

“Polícia na mira dos criminosos”;

“PM metralhado na Lagoa”;

“Rio: terror começa de madrugada e se estende pelo dia”;

“18 mortos em 20h no Rio”;

“28º DP metralhado”;

“Lojas de rua metralhadas na Vila Valqueire”;

“Comércio não funciona em diversos pontos da cidade”;

“A barbárie nas ruas”;

“Empresas de ônibus tiram coletivos de circulação”;

“Comunidades ocupadas na virada do ano”.

Qualquer habitante do Rio, ou pessoas de fora, que lesse isso certamente pensaria que a cidade não tem mais jeito, que estamos entregues à bandidagem, ao dito “poder paralelo”. Em 30/12/2006 o editorial do *O Globo* é intitulado “Urgência nacional”, cobrando ações mais enérgicas da polícia e até uma intervenção do governo federal. Os oito anos da família Garotinho à frente do governo estadual chegavam ao fim, e o jornal já dava espaço ao futuro governador: “Sérgio Cabral assumirá revogando decretos de Rosinha na segurança pública”. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) qualifica os ataques como uma afronta às autoridades e defende o fechamento das fronteiras estaduais. O papel da opinião pública é fundamental para se expressar o consenso (e o dissenso) sobre as medidas que devem ser tomadas posteriormente pelas autoridades responsáveis pela segurança pública. Nesse debate, que nunca tem fim, a imprensa em particular pode ser vista como o principal veículo produtor e formador de opinião; ela não só influencia como também expressa opiniões públicas. Nesse sentido, o tom dado pelo *O Globo* às reportagens só servia para aumentar ainda mais o clima de insegurança do cidadão. O próprio título do encarte que cobria os ataques – “A guerra do Rio” – já trazia consigo um componente apelativo, dando a entender que estávamos em meio a uma guerra civil. O que é facilmente questionável, pois, ao final de uma guerra, sempre há um vencedor e um vencido. No caso dos confrontos que ocorriam na cidade, independentemente de quem levasse a melhor ou a pior, no final das contas teria de haver uma intervenção do Poder Judiciário a fim de julgar os mandantes e executores de tais ataques.

Fazendo jus ao que acabamos de colocar no parágrafo anterior, o tom das manchetes do encarte “A guerra do Rio” segue na mesma linha em 30/12/2006:

“Cabine da PM metralhada na Praia de Botafogo: 55 feridos e 1 mulher morta”;

“Policiais acusados de chefiar máfia dos caça-níqueis”;

“18 mortos e 32 feridos a 4 dias do *réveillon*”;

“Ataques ganham espaço na mídia mundial”;

“*Réveillon* pode ser afetado”;

“Comércio perde 500 milhões: queda de 30% no movimento”;

“Bandidos atacam nas Linhas Vermelha e Amarela: troca de tiros e arrastões”;

“Delegacia fuzilada em Olaria”;

“Centro vazio e clima tenso na despedida de 2006”

A cobertura dada ao *réveillon* de 2007 é afetada por esses acontecimentos. Em 1/1/2007, *O Globo* destacava o esvaziamento de 40% do público de Copacabana, apontando como causas o medo da violência e uma atração internacional, o grupo musical – Black Eyed Peas – que se apresentou na praia de Ipanema, atraindo principalmente o público jovem. Em Copacabana, a principal atração foi o show de Eduardo Dussek, para cerca de 1 milhão de pessoas, um público diminuto se comparado ao de anos anteriores. O jornal destacava também os muitos cancelamentos de reservas em hotéis da Zona Sul, principalmente nos bairros de Copacabana e Ipanema.

4.4 A instalação das UPPs e a lógica territorial do Rio de Janeiro

O tráfico de drogas no Rio de Janeiro não deixará de existir. Afinal, enquanto houver demanda, haverá oferta. O que diminuiu foi o tráfico associado ao poder ostensivo sobre os moradores das comunidades e conflitos intermitentes entre os traficantes pelo domínio desses territórios. Tem gente vendendo drogas no Dona Marta, só não tem mais aquele controle de território, ostensivo, armado.

Misse, 2010

A concepção das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não surgiu ao acaso no Rio de Janeiro. No final dos anos 90, durante a gestão do então governador Anthony Garotinho (1999-2002), foram instalados em algumas “áreas especiais” da cidade os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs). Tratava-se de uma estratégia policial para essas localidades dominadas pelo “poder paralelo”. Primeiramente, os territórios seriam conquistados dos traficantes, depois, controlados pelas forças de segurança fisicamente presentes no local. Mas o tráfico ainda continuou operando, de forma velada, nessas áreas agora controladas pela polícia. O programa começou a entrar em colapso quando a imprensa noticiou que o governador estava “tacitamente” aceitando essa continuidade do varejo de drogas,

mesmo que sem a violência e o controle do território pelos traficantes. Sem apoio político, os GPAEs vão perdendo paulatinamente sua capacidade até serem extintos definitivamente pelo governo estadual. Nem de longe essa experiência chegou a alcançar a abrangência territorial que as UPPs têm hoje, mas o *modus operandi* era muito semelhante.

No Rio de Janeiro, a referência territorial sempre foi muito explícita na dinâmica espacial da cidade. Ao final do século XIX havia a delimitação dos territórios das maltas de capoeiras; no final da década de 1930 surgiram os grupos de extermínio na Baixada Fluminense, com áreas de atuação muito bem marcadas; a partir dos anos 1960 os territórios do jogo do bicho; e da década de 1970 em diante os territórios dominados pelo tráfico de drogas.

No começo dos anos 2000, no intervalo entre os GPAEs e as UPPs, um novo componente se inseriu nesse contexto: as milícias. Inicialmente na Zona Oeste da cidade, notadamente no bairro de Campo Grande, surgiram grupos formados por agentes públicos (policiais, bombeiros, agentes penitenciários, e civis armados) que passaram a controlar militarmente territórios antes dominados pelo tráfico de drogas. Sua intenção era oferecer “proteção” aos moradores dessas localidades, supostamente abandonados pelo poder público. Porém, esses grupos passaram a espancar, matar e expulsar dessas comunidades os moradores que não aceitavam o seu domínio e não contribuía com a “caixinha” protetora. Dessa forma, as milícias substituíram o tráfico de drogas no que diz respeito à exploração de mercadorias ilegais, tais como: a venda de pacotes de televisão a cabo e internet com sinal pirateado; a exploração de mototáxi e vans; e a distribuição de gás acondicionado em botijões. Ou seja, os milicianos arrecadavam diariamente com esses serviços, além da “caixinha” protetora que já era mensalmente cobrada de moradores e comerciantes locais.

Mas e as UPPs, o que são e como surgem? As Unidades de Polícia Pacificadora, implementadas pelo governador Sérgio Cabral, inserem-se num pacote de modificações que estão sendo realizadas na cidade, com vistas à Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Dois megaeventos de amplitude mundial que exigem da cidade uma série de adequações – de ordem logística e espacial – à realização desses certames. Sendo assim, aproveitando-se desses fatos, os governos estadual e municipal começam a operar um novo *branding* da cidade, uma reformulação do espaço urbano e da marca “Rio”, a fim de

torná-la mais atraente aos investidores (internos e externos) e a novos megaeventos.

4.5 De “cidade partida” a “cidade pacificada” em menos de uma década

A mensagem estava dada. As autoridades governamentais visaram ocupar territorialmente as favelas não apenas como medidas repressivas, mas também como parte de uma vasta agenda de modificações urbanas.

Jaguaribe, 2011, p. 1

Em 30 de outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol (Fifa), escolheu o Brasil como sede da Copa de 2014. Nesse contexto o Rio de Janeiro será uma das cidades-sede a receber jogos do mundial. À época uma grande euforia tomou conta do país do futebol e, para o Rio, seria uma nova oportunidade de recepcionar um megaevento internacional. O último foram os Jogos Panamericanos, em julho de 2007. Somando-se a isso, dois anos depois, em 2 de outubro de 2009, a cidade é eleita pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), sede das Olimpíadas de 2016. Na ocasião, um carnaval fora de época foi organizado pelo governo estadual na praia de Copacabana, que contou, inclusive, com a decretação de ponto facultativo para servidores estaduais e municipais nesse dia, para que pudessem participar da festa.

Exatamente duas semanas após a eleição da cidade como sede das Olimpíadas de 2016, um helicóptero da Polícia Militar foi alvejado por tiros de fuzil durante um confronto entre traficantes no Morro dos Macacos, em Vila Isabel. A nave caiu no terreno de uma escola municipal ao lado da favela e um dos policiais morreu. O episódio foi largamente noticiado pelos meios de comunicação de massa, interrompendo a embriaguez da folia olímpica que, até então, havia tomado o noticiário local.

A resposta do governo do estado veio na forma enérgica que a opinião pública cobrava há tempos, confronto e a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em favelas consideradas de alta periculosidade, ou que

estivessem próximas aos locais que receberão os jogos e as delegações da Copa e das Olimpíadas. Os meios de comunicação de massa cobriram a instalação da primeira UPP como sendo, literalmente, a redenção da cidade, o começo do fim de um dos principais problemas que acometem o Rio.

A proposta da Secretaria de Segurança Pública é que as UPPs ajam como uma polícia comunitária, capaz de servir aos moradores das comunidades em vez de ameaçá-los e extorqui-los, para assim conquistar a sua confiança. Nesse sentido, o governador Sérgio Cabral convocou policiais militares – recém-concursados – que foram treinados para a nova missão. Mas poucos se dão conta de que as UPPs mantêm a mesma lógica de operar por territórios, uma atuação herdada justamente dos atores que sempre agiram na ilegalidade na história do Rio de Janeiro. Ou seja, a territorialização agora é realizada pela própria polícia, a fim de formar um “cinturão de segurança” com vistas à Copa e às Olimpíadas.

Se observarmos a localização espacial das UPPs, veremos que há uma lógica de salvaguardar os bairros da Zona Sul, região que recebe mais visitantes e tem a maioria dos hotéis de luxo da cidade. Em seguida favelas do entorno do Maracanã e da Tijuca, tradicional bairro da Zona Norte. Em seguida, a polícia partiu para comunidades mais problemáticas, como o Complexo do Alemão, a Rocinha, e o Jacarezinho. Praticamente a totalidade das favelas contempladas com UPPs era antes dominada pelo tráfico de drogas, nesse sentido as milícias foram pouco atingidas. Somente a comunidade do Jardim Batam (em Realengo), onde um fotógrafo do jornal *O Dia* foi assassinado, era dominada por milicianos.

As comunidades do Caju e da Barreira do Vasco, recentemente ocupadas, ainda não tiveram – oficialmente – a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora. Observemos, abaixo, uma lista com as 24 UPPs instaladas até o final de março de 2013.

	COMUNIDADE	BAIRRO	REGIÃO
1ª UPP	Dona Marta	Botafogo	Zona Sul
2ª UPP	Cidade de Deus	Jacarepaguá	Zona Oeste
3ª UPP	Jardim Batam	Realengo	Zona Oeste
4ª UPP	Babilônia / Chapéu Mangueira	Leme	Zona Sul
5ª UPP	Cantagalo / Pavão-Pavãozinho	Ipanema e Copacabana	Zona Sul
6ª UPP	Ladeira dos Tabajaras	Copacabana	Zona Sul
7ª UPP	Providência	Santo Cristo e Gamboa	Centro
8ª UPP	Borel	Tijuca	Zona Norte

9 ^a UPP	Formiga	Tijuca	Zona Norte
10 ^a UPP	Morro do Andaraí	Andaraí	Zona Norte
11 ^a UPP	Salgueiro	Tijuca	Zona Norte
12 ^a UPP	Complexo do Turano	Rio Comprido	Zona Norte
13 ^a UPP	Macacos	Vila Isabel	Zona Norte
14 ^a UPP	São João	Engenho Novo	Zona Norte
15 ^a UPP	Coroa / Fallet / Fogueteiro	Catumbi	Centro
16 ^a UPP	Prazeres	Santa Teresa	Centro
17 ^a UPP	São Carlos	Estácio	Centro
18 ^a UPP	Mangueira / Tuiuti	Maracanã e São Cristóvão	Zona Norte
19 ^a UPP	Vidigal	Leblon	Zona Sul
20 ^a UPP	Complexo do Alemão	Penha	Zona Norte
21 ^a UPP	Vila Cruzeiro	Penha	Zona Norte
22 ^a UPP	Rocinha	São Conrado	Zona Sul
23 ^a UPP	Manguinhos	Manguinhos	Zona Norte
24 ^a UPP	Jacarezinho	Jacaré	Zona Norte

É notório que todas as comunidades da Zona Sul já foram “pacificadas”. A última foi a Rocinha, que contou com ampla cobertura midiática, tal e qual a retomada do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro. Com relação à Zona Norte, as comunidades do entorno do Maracanã e da Grande Tijuca, também já estão todas “pacificadas”. As favelas que são cortadas pelas vias expressas – Linha Vermelha e Linha Amarela – responsáveis pela ligação do Aeroporto Internacional Tom Jobim com o restante da cidade, também já foram institucionalizadas: Cidade de Deus e Manguinhos, faltando somente a favela da Maré. No Centro da cidade ocorre o mesmo, todas as comunidades próximas aos bairros boêmios da Lapa e Santa Teresa, bem como da região do Porto Maravilha (na Praça Mauá), já sofreram processo de “pacificação” e estão sob o domínio territorial da polícia. A Baixada Fluminense e a região de Niterói e São Gonçalo ainda não foram contempladas com nenhuma UPP.

Faz-se necessário ressaltar que, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública, são 28 UPPs instaladas até agora, pois a 20^a UPP – Complexo do Alemão é subdividida em quatro localidades: Fazendinha, Nova Brasília, Chatuba e Morro da Fé. Outra discrepância se dá com relação ao Morro do Adeus e ao Morro do Sereno, em Ramos e Bonsucesso. Algumas estatísticas os incluem como parte da UPP do Complexo do Alemão, em outras eles estão como UPPs autônomas.

O processo de pacificação, ventilado pelo governo estadual, implica não somente a retomada territorial desses espaços, mas também numa ressignificação

dos mesmos, para que sejam integrados ao restante da cidade. Porém, ultimamente, algumas UPPs vêm enfrentando problemas, nem sempre repercutidos pela grande mídia. No Complexo do Alemão, no Morro de São Carlos e em certos pontos da Rocinha, já se registram alguns confrontos com bandidos que tentam retornar a esses locais. O varejo de drogas não acabou totalmente nas comunidades reinstitucionalizadas, o que acabou foi o poder ostensivo do tráfico e sua dominação bélico-territorial.

A retomada de áreas antes sob o domínio de traficantes pelas forças oficiais e o título de 'favela pacificada' ou 'comunidade pacificada', a ela atribuído a partir de então, constitui-se em verdadeiro rito de instituição. O ato de ocupação da favela altera consideravelmente a forma como é vista essa comunidade. Assim, perde a alcunha de violenta, ou seja, embora continue favela, não é mais lócus de violência. (FREITAS; GONÇALVES, 2012, p. 58)

É como se a ocupação representasse um rito de passagem, da condição de violenta à condição de “pacificada”. E a própria cidade acaba assumindo essa nova alcunha, uma vez que a mídia narra esses eventos com uma conotação de “reconquista”. Tal e qual as Cruzadas na Idade Média, a partir do advento das UPPs as forças de segurança são representadas midiaticamente como “falangeiros da libertação”. Nesse contexto, poderíamos nos arriscar à metáfora de que, os soldados do Bope são os cavaleiros templários do Rio “pacificado”.

Só há um porém nisso tudo, que já frisamos há alguns parágrafos, a lógica da pacificação não implica o fim da territorialização. Pelo contrário, a favela pacificada ainda é favela, localidade desprestigiada espacialmente e que concentra majoritariamente uma população pobre, ao contrário da representação que se tem do “asfalto”. Um morador do Dona Marta, sede da 1ª UPP, continua se dizendo morador do Dona Marta, e não de Botafogo. A favela continua separada do asfalto. A persistência de uma lógica de territórios indica, mais uma vez, a estabilização e fixidez, desses locais, à margem do Estado e só reifica os estigmas historicamente produzidos justamente a partir dessa lógica. O favelado deixa de ser visto como ameaça e passa à condição de “civilizado”, mas continua favelado. Daí fica a nossa indagação; a UPP – da forma como tem sido implementada – serve mais ao morador da comunidade ou ao morador do “asfalto”?

O sucesso do programa de Unidades de Polícia Pacificadora depende, justamente, do seu encerramento. Por mais contraditório que pareça, é preciso

integrar verdadeiramente essas áreas como bairros da cidade, desterritorializá-las e dissolvê-las até mesmo como UPPs.

4.5.1 O ano novo na “cidade olímpica, pacificada e unida”

“O sentimento de insegurança diminuiu na cidade; isso está visível nas áreas turísticas e nos bairros de classe média da Zona Sul e Zona Norte. Mas o tráfico armado ou as milícias parapoliciais continuam atuando na maioria das favelas da cidade e em todas as favelas da região metropolitana (Baixada Fluminense e Região Serrana, além de Niterói). São mais de 200 as favelas que se sabe que estão sob controle ou do tráfico ou de milícias. É um grande desafio, que se acumulou ao longo dos últimos 30 anos.”

Misse, 2011

No final de 2007 a cidade já havia sido escolhida como uma das sedes da Copa de 2014, os Jogos Panamericanos foram realizados com sucesso, e a candidatura às Olimpíadas de 2016 estava em curso. O programa das Unidades de Polícia Pacificadora ainda não havia começado. Além disso, era o primeiro ano do governo Sérgio Cabral.

Ao analisar as páginas de *O Globo* relativas à cobertura do *réveillon* de 2008, notamos que ela segue a mesma toada dos anos anteriores à Guerra do Rio. Ou seja, davam destaque as comemorações de ano novo e também veiculavam notícias de episódios violentos ocorridos na noite da virada. Mas, de uma forma geral, prevalecem as reportagens sobre a festa. *O Globo*, em 1/1/2008, estampou em sua primeira página: “Bailão da paz abre 2008”. Em seguida é colocada uma foto do espetáculo dos fogos de artifício em Copacabana com a legenda: “No ritmo do funk e sem incidentes graves, 2 milhões festejam o ano novo em Copa”. Os hotéis tiveram sua lotação esgotada, um panorama razoavelmente diferente de um ano atrás, quando o jornal ressaltava a insegurança na cidade e os vários cancelamentos de reservas em hotéis às portas do *réveillon*. Outro ponto destacado nessa edição de *O Globo* era o esquema de segurança montado pela PM, em

Copacabana, com 28 torres de observação estrategicamente distribuídas ao longo da avenida Atlântica.

As notícias sobre a criminalidade na noite da virada tiveram espaço na edição de 1/1/2008, mas nem de longe se comparam a cobertura dada à Guerra do Rio no final de dezembro de 2006. No *réveillon* de 2008 os eventos violentos destacados pelo *O Globo* foram o assalto sofrido pelo sambista e compositor Paulinho da Viola – na Barra da Tijuca – e que o mesmo cogitava a possibilidade de deixar a cidade. A atriz Helena Ranaldi, que tivera o seu carro baleado na Linha Amarela, numa tentativa de assalto. E, por último, o filho do médico Lídio Toledo que foi baleado (nas costas) num assalto no Alto da Boa Vista, e corria o risco de ficar paraplégico. Hipótese que dias depois fora confirmada.

Em 31/12/2008, *O Globo* destacava um pedido do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), para que as pessoas que fossem a Copacabana levassem lenços brancos. Os mesmos seriam acenados durante a contagem regressiva para 2009 que, além dos fogos, teria a inauguração de uma roda-gigante no Forte de Copacabana (Posto 6), em apoio à candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 2016. A roda-gigante Rio 2016 seria aberta ao público em 2/1/2009. Ou seja, ao mesmo tempo em que a população saudaria a chegada de 2009 estaria dando apoio à candidatura da cidade para sediar as Olimpíadas e, de alguma forma, simbolizando a paz com os lenços brancos. Além disso, um palco com 60m de diâmetro foi montado nas areias de Copacabana, a fim de concentrar os shows. A prefeitura divulga que 24 toneladas de explosivos seriam divididos em oito balsas ao longo da orla da “princesinha do mar”. Nesse *réveillon*, a queima de fogos teria 32 minutos representando o apoio maciço à candidatura à Rio 2016. Em 1/1/2009 a primeira página de *O Globo* destacava: “Réveillon de ouro em Copacabana” fazendo menção à candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos, seguido da legenda: “Rio entra 2009 com segurança e pé direito rumo às Olimpíadas de 2016”. Em dois anos, praticamente, o discurso de *O Globo* sobre o Rio começou a mudar, de cidade arriscada, insegura e violenta, à cidade segura. Afinal de contas, uma cidade candidata a sediar uma Olimpíada não podia mais ter tanto sangue escorrendo pelas páginas dos jornais como acontecia antes.

Ao longo de 2009 iniciou-se a implementação do programa das UPPs. Daí em diante começamos a notar uma mudança mais significativa na abordagem de *O Globo* sobre a violência no Rio e a cobertura de seus megaeventos. A 1ª UPP da

cidade é inaugurada na comunidade Dona Marta – em Botafogo – e, o slogan da “pacificação” passa a ser uma constante a partir de agora nas páginas do jornal.

O slogan é uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e frequentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de autojustificação, passional que ele comporta. (REBOUL, 1975, p. 39)

2009 foi um ano marcante para a cidade, o programa das UPPs teve prosseguimento, chegando à Cidade de Deus (em Jacarepaguá) às margens da Linha Amarela, e ao Jardim Batam (em Realengo). A única UPP, das 24 até o momento, que tirou uma comunidade do domínio de milicianos. Em 2/10/2009, o Rio é eleito pelo COI cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Um verdadeiro carnaval fora de época – patrocinado pelos governos estadual e municipal – se instalou nas areias de Copacabana. A cidade comemorava o alcance de uma condição almejada desde 2004, quando houve a primeira candidatura do Rio para sediar uma Olimpíada.

A partir daí um clima de euforia tomou conta da cidade, a polícia enfrentava o tráfico (como a opinião pública sempre reivindicou) e ocupava seus territórios. A cidade seria a primeira da América do Sul a sediar uma Olimpíada. Sem contar a Copa do Mundo. Em 31/12/2009, *O Globo* veicula uma retrospectiva intitulada “O Rio encurrala o tráfico”, logo abaixo havia uma foto de dois PMs brincando com crianças na Cidade de Deus, seguida de um texto em destaque:

Num ano marcado pela superação de grandes desafios, como a crise econômica global e a disputa internacional pelas Olimpíadas de 2016, nenhuma vitória foi mais impactante do que a do Rio contra o poder paralelo do tráfico. Pela primeira vez em décadas, o Estado conseguiu retomar territórios dominados por facções criminosas fortemente armadas e entrancheiradas em favelas cariocas – algo impensável até um ano atrás. Com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o Estado resgatou seu papel, expulsou bandidos e devolveu direitos constitucionais básicos a cerca de 180 mil moradores, quase 20% da população de favelas do Rio. (*O Globo*, 31/12/2009).

A diferença de tom é chocante se comparada às descrições detalhadas dos ataques de traficantes pela cidade, feitas pelo mesmo jornal, quando criou o encarte “A guerra do Rio” em dezembro de 2006. As operações do Choque de Ordem, e a criação da Secretaria de Ordem Pública (Seop), pela prefeitura, também foram amplamente destacadas pelo *O Globo*. A favela era “pacificada” enquanto o asfalto sofria um choque de “civildade”.

O caderno Rio, de *O Globo* de 31/12/2009, era encabeçado pela manchete “Cariocas no alto do pódio”. Mais uma vez, fazendo menção à eleição da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e também ao processo de “pacificação”. O *réveillon* de 2010 também marcou o fechamento da boate Help, casa noturna que teve uma participação importante no processo de espetacularização do ano novo em Copacabana a partir da década de 1980. A Help também era amplamente frequentada por prostitutas que, tacitamente, iam para lá a fim de arranjar programas, principalmente com turistas. Em seu lugar, o governo do estado construirá o novo Museu da Imagem e do Som. Nesse *branding* contemporâneo da cidade, não há mais espaço para uma casa noturna com o perfil da Help em plena avenida Atlântica.

Em 1/1/2010, *O Globo* publica o saldo da festa sob a manchete: “O *réveillon* da pacificação”. A queima de fogos que recebeu 2010 fora amplamente aplaudida pelas 2,5 milhões de pessoas presentes a Copacabana. O jornal noticia, agora, a favela com ares cordiais ressaltando os turistas estrangeiros que foram recebidos na comunidade do Pavão-Pavãozinho (em Copacabana) para assistir à queima de fogos do alto das lajes, “Queima de fogos aplaudida pela multidão, asfalto e morro celebram 2010” (*O Globo*, 1/1/2010).

O ano de 2010 é marcado pelas eleições em nível federal e estadual. A presidente Dilma Rousseff é eleita, com o fito de dar prosseguimento ao legado do ex-presidente Lula. No estado do Rio, o governador Sérgio Cabral é reeleito no 1º turno com 67% dos votos. Grande parte de sua campanha – para não dizer a totalidade – fora calcada no discurso da segurança pública, ressaltando o secretário estadual José Mariano Beltrame, e o sucesso das UPPs que em 2010 chegou às comunidades do Centro e da Grande Tijuca. Foi o ano em que tivemos o maior número de UPPs inauguradas.

Em novembro desse mesmo ano, a polícia com o auxílio do Exército, toma o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro. Juntas, as duas favelas formam o chamado Complexo da Penha. A cobertura dada a esse episódio ocupou o noticiário por alguns dias. O Complexo da Penha era considerado o principal reduto do Comando Vermelho, facção que domina o tráfico de drogas no Rio há décadas. Os preparativos para o *réveillon* de 2011 que tinham mais destaque em *O Globo* de 31/12/2010 eram o forte aparato de segurança montado em Copacabana com 800 câmeras de vigilância espalhadas pelo bairro e policiais com superbinóculos

posicionados no alto dos edifícios e hotéis da avenida Atlântica. As festas nas lajes das comunidades da Zona Sul todas pacificadas até aqui – exceto a Rocinha e o Vidigal – também ocupavam bastante espaço no jornal. O ponto alto desse *réveillon* fora a apresentação da logomarca Rio2016 em meio ao público que lotava a praia de Copacabana.

Em 1/1/2011 o grande destaque de *O Globo* foi a posse da presidente Dilma, mas no dia 2/1/2011 a manchete “Do Cantagalo ao Copa um *réveillon* de paz” encabeçava o caderno Rio. Destacando uma suposta união definitiva entre favela e asfalto na Zona Sul da cidade, já que cada vez mais turistas iam para as comunidades assistirem do alto das lajes a queima de fogos nas praias.

Nos dias subsequentes ocorreu a tragédia das chuvas na Região Serrana, notadamente em Teresópolis e Friburgo. Juntas as duas cidades somaram mais de 1.500 mortos e centenas de desaparecidos. Esse episódio, somado à posse da presidente Dilma, ofusca significativamente a cobertura do *réveillon* nas páginas de *O Globo*.

Com o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro sob o domínio das “forças de paz”, restava à polícia ocupar a única favela da Zona Sul que ainda não havia sido “pacificada”, a Rocinha. Isso ocorreu em novembro de 2011 com ares de redenção. Tanto a ocupação do Complexo da Penha como da Rocinha foram transmitidas pela Rede Globo de televisão, com contornos de *reality show*. A espetacularização desses episódios foi algo marcante. A capa de *O Globo* de 1/1/2012 foi emblemática: “A virada do Rio”, logo abaixo uma ampla foto da praia de Copacabana no exato momento da queima de fogos com a legenda: “Fogos na Rocinha se juntam aos de Copacabana e celebram o *réveillon* da cidade unida”, seguida do texto:

“Apesar da chuva, o Rio teve um *réveillon* à altura de cidade olímpica e pacificada. Na Rocinha, que teve pela primeira vez uma queima de fogos oficial, moradores e turistas se emocionaram, das lajes, com o espetáculo de cores. Lá, os cariocas do asfalto redescobriram ângulos das curvas sinuosas do Rio. A Via Ápia virou um bailão – o Baile da Pacificação. Na Praia de Copacabana, bombas vermelhas riscaram corações ao som de ‘All you need is love’, dos Beatles. A sincronia dos fogos com a contagem regressiva e a trilha sonora dos quatro palcos – da música clássica ao funk – foi perfeita. No quarto *réveillon* com mau tempo, desta vez a chuva não deu trégua na hora da virada. Em vez dos trajes brancos, capas de chuva mudaram o figurino da multidão, estimada em dois milhões de pessoas. A Fundação Cacique Cobra Coral garante que não falhou: a missão da médium Adelaide Scritori, contratada pela prefeitura para garantir tempo bom, teria sido apenas controlar o vento. (*O Globo*, 1/1/2012)

Acabaram-se todos os problemas que há décadas assolavam a cidade. Até os bailes funk da Rocinha, historicamente abordados em tom pejorativo, agora possibilitam contornos de final feliz a uma história supostamente acabada. Seis anos depois da Guerra do Rio, ou seja em menos de uma década, somos uma cidade pacífica, olímpica, unida e vanguarda de um Brasil emergente economicamente. Tudo que a opinião pública sempre quis! Afinal de contas, agora podemos desfilar com nossos carrões importados pela Zona Sul, sem medo dos bandidos da Rocinha ou dos pivetes do Cantagalo. É por um Rio assim que a Firjan gritava em dezembro de 2004 quando lançou a campanha “O Grito do Rio”. Será que o senhor Octacílio Faustino, morador de Del Castilho, entrevistado por *O Globo* no *réveillon* de 2005, compactua dessa mesma visão?

As notícias sobre violência na noite de *Ano Novo* simplesmente sumiram da cobertura jornalística de *O Globo*. Do *réveillon* de 2010 pra cá, a cobertura de *O Globo* sobre o ano novo na cidade não noticia mais nenhum evento ligado à violência urbana.

O ano de 2013 chega como o maior *réveillon* de todos os tempos em Copacabana, segundo *O Globo*. A manchete na primeira página da edição de 1/1/2013 estampava: “Rio na era de ouro”, seguido da legenda: “o maior *réveillon* de todos os tempos recebe 2013 e abre temporada de grandes eventos internacionais que vão preparar a cidade para a Copa e as Olimpíadas”. Junto desses dizeres uma enorme foto dos fogos em Copacabana, exatamente no mesmo padrão dos anos anteriores. O texto abaixo da foto dizia:

Um espetáculo grandioso, com fogos de cores e efeitos variados e sincronizados com músicas de diferentes estilos, emocionou, durante 16 minutos, o público recorde de 2,3 milhões de pessoas (sendo 700 mil turistas) que foi a Copacabana saudar a chegada de 2013. Até a natureza ajudou: depois de quatro passagens de ano com chuva, 2012 despediu-se dos cariocas com sol, mar caribenho e luar, abrindo as portas da cidade a uma nova era de ouro, em que três eventos internacionais – Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Rock In Rio – aquecem as turbinas para a Copa e as Olimpíadas. Pacificada, a cidade, mais uma vez, fez uma festa só, nas lajes dos morros e no asfalto. (*O Globo*, 1/1/2013).

Mais uma vez o destaque aos megaeventos – Copa e Olimpíadas – e o slogan da “pacificação” estão presentes. Signos cada vez mais atrelados a essa

reformulação da marca “Rio”. Um novo conjunto de representações da cidade que, sistematicamente, é reforçado pelos meios de comunicação de massa.

O caderno Rio, de *O Globo* de 1/1/2013 trazia um logotipo com “Salve 2013!” ao lado da palavra Rio. Logo abaixo mais uma grande foto dos fogos em Copacabana e a manchete: “O *réveillon* que desperta o Rio para o mundo” abria uma reportagem que destacava a vocação da cidade para sediar megaeventos, notadamente a Copa e as Olimpíadas, e o legado (sempre positivo) que esses acontecimentos trarão para a cidade. O jornal também destacou a presença de 13 navios transatlânticos – oriundos de diversas partes do mundo – que ficaram ancorados no mar de Copacabana a fim de assistir ao espetáculo pirotécnico de 16 minutos à meia-noite.

As comemorações no subúrbio também foram contempladas por *O Globo* a fim de reforçar essa ideia de cidade unida e pacífica: “Festa nas favelas pacificadas”. O jornal noticia a queima de fogos no Complexo do Alemão, na Vila Cruzeiro e no Piscinão de Ramos onde houve show de Arlindo Cruz. Segundo *O Globo*, isso só foi possível graças à “pacificação” das favelas do Complexo da Penha: “A chegada do novo ano teve gosto especial nas comunidades com UPPs”. Da Zona Norte à Zona Sul, do alto das lajes à beira-mar, não há notícias sobre violência urbana no Rio de Janeiro de *O Globo* de 1/1/2013. O fantasma que nos assombrou por décadas a fio simplesmente sumira, corroborando com a construção de um novo imaginário sobre uma cidade cordata, uníssona e próspera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se a própria arte de dizer é uma arte de fazer e uma arte de pensar, pode ser ao mesmo tempo a prática e a teoria dessa arte”.

Certeau, 2011, p. 140

O Rio de Janeiro é uma cidade em constante processo de metamorfose. A metrópole que figura-se e desfigura-se ciclicamente, tem um histórico de rupturas com o seu passado, sempre em busca do novo. O “antigo”, aqui pensado como atraso ou resquício de obsolescência, é o obstáculo a ser superado. Nunca valorizamos nossa história, sempre nos adequamos às contingências, fazendo menção ao espírito aventureiro descrito por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. O Rio de Janeiro “cidade aventura” arrasou o morro do Castelo para aterrizar o local que recebeu a Exposição Internacional de 1922; acabou com a praça XI e mutilou os jardins da praça da República para a abertura da avenida Presidente Vargas; demoliu o Palácio Monroe em nome do progresso personificado pelo metrô; e, mais recentemente, destruiu o Autódromo de Jacarepaguá em nome do Centro Olímpico de Treinamento para as Olimpíadas de 2016.

No começo do século XX, a Reforma Passos investiu na assepsia e na estética da cidade, era o que precisávamos naquele momento. Depois disso o Rio vem passando por inúmeras intervenções urbanísticas que sempre visam moldá-lo a necessidades momentâneas, mas nunca o pensaram sob a ótica da continuidade. O que passou não tem mais serventia, o que vale é o agora. Refazemo-nos de tempos em tempos, sempre em busca de um “novo” que insiste em envelhecer. Planejamento e longo prazo são duas expressões que nunca fizeram muito sentido por aqui, mas é possível reformular-se preservando sua história e consequentemente sua identidade. O processo de gentrificação que ocorre nos bairros da Lapa e de Santa Teresa exemplifica isso, embora sejam exceções à regra.

Atualmente, mais uma vez o Rio passa por um processo de reinvenção, tanto no plano físico como no plano simbólico. O canteiro de obras em que a cidade se transformou, e que tem causado muitos transtornos à população, visa adequá-la a

dois megaeventos internacionais, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, respectivamente.

Nesse contexto, todo o sistema de transporte urbano está sendo reformulado. A implantação dos corredores expressos de ônibus BRT (*Bus Rapid Transit*) na avenida das Américas, ligando a Barra da Tijuca a Santa Cruz; e a expansão do metrô até a Barra da Tijuca (passando pelo Leblon), vão no sentido de otimizar a mobilidade urbana. Exigências impostas por megaeventos dessa magnitude.

Novas vias expressas que ligarão a Zona Oeste ao Aeroporto Internacional e à avenida Brasil estão em construção para melhorar o trânsito da região. Notadamente na Barra da Tijuca, bairro da cidade que mais cresceu nos últimos anos, e tem diariamente um trânsito caótico com engarrafamentos que se estendem por toda a avenida das Américas, avenida Ayrton Senna e Linha Amarela. A construção da TransOeste, da TransCarioca e da TransOlímpica visa facilitar a ligação dessa região com o Aeroporto do Galeão, bem como desafogar o trânsito da Barra e adjacências.

Na Zona Norte, a reforma do estádio do Maracanã e de todo o seu entorno, tem exigido constantes intervenções na avenida Radial Oeste, o que piora substancialmente o trânsito no local. Além disso, a remoção da Aldeia Maracanã no antigo Museu do Índio rendeu ampla cobertura midiática, culminando com a invasão da Polícia Militar e a expulsão dos indígenas. Tudo isso porque o edifício onde funcionava o antigo Museu do Índio fica numa área ao lado do estádio, que será transformada em estacionamento. O mesmo ocorrerá com o estádio de desportos aquáticos Júlio Delamare, com o estádio olímpico Célio de Barros e com a Escola Municipal Friedenreich. Essas remoções do entorno do Maracanã têm sido palco de manifestações de movimentos sociais contrários a esse novo projeto de cidade.

Mas a menina dos olhos de todos esses programas, que somada às intervenções urbanísticas têm engendrado uma mudança de postura da imprensa (e dos próprios cidadãos) sobre o Rio, são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Pelo que foi debatido ao longo desta dissertação, mais especificamente no Capítulo 4, fica nítido que a partir do *réveillon* de 2010 a abordagem do jornal *O Globo* sobre os problemas da cidade relacionados à violência muda substancialmente. Fora o primeiro ano novo festejado sob a égide da tríade: Copa + Olimpíadas + UPPs.

As representações são construídas por sistemas simbólicos que dão caráter de real ao que é verossímil. As diversas narrativas cotidianas indicam transformações que estão presentes cada vez que são recontadas, a elas são atribuídas novas realidades, novas formas de ver, sentir, perceber e de representar o mundo. (MAIA; BIANCHI, 2012, p. 134)

O *réveillon* foi o exemplo que escolhemos para falar sobre essa reinvenção da cidade. Mas, para a nossa surpresa, esbarramos em muitas dificuldades relativas à obtenção de referências bibliográficas sobre a comemoração do ano novo como manifestação cultural. Isso nos impôs obstáculos que tentamos dirimir, ou pelo menos suavizar, focando nossos esforços na pesquisa empírica realizada no acervo do jornal *O Globo*. Nesse sentido, o ineditismo apesar de nos trazer alguns infortúnios também serviu de motivação para buscarmos outros meios que contribuíssem com a nossa proposta.

A mudança de enfoque de *O Globo* sobre o Rio massifica o slogan da “pacificação” e ajuda na reformulação de todo um imaginário ligado à ideia de cidade segura e ordenada. Não obstante, o suposto fim do tráfico de drogas nas principais comunidades da cidade, e a união entre favela e asfalto também fazem parte desse novo conjunto de representações, amplamente ventilado pelo periódico analisado.

O *réveillon*, como megaevento e ritual, reflete a mudança de fala da imprensa sobre o Rio de Janeiro. O problema da violência urbana na metrópole carioca é fruto de um processo histórico que se arrasta há décadas. No entanto, de 2010 pra cá as coisas mudaram significativamente para melhor, pelo menos nas páginas de *O Globo*. No que diz respeito às comemorações do ano novo no Rio, as notícias sobre violência na noite do dia 31 simplesmente desaparecem do jornal a partir do *réveillon* de 2012. Muito embora saibamos que na prática ela continua existindo.

Se no passado o prefeito Francisco Pereira Passos investiu na higiene e no embelezamento da cidade, hoje os governos estadual e municipal pautam-se pela lógica da “cidade mercadoria”. Ou seja, vivemos um processo de mercantilização do espaço público onde a exceção vira regra. Mas não a exceção relacionada à exclusão, e sim a exceção relativa às concessões feitas ao grande capital. Dessa forma, a regra vira exceção e a exceção vira regra. Por exemplo, modifica-se pontualmente o plano diretor da cidade, em um determinado bairro, a fim de contemplar os interesses de algumas construtoras que têm por objetivo construir edifícios mais altos naquele local. Revoga-se a licença de uma área de preservação ambiental para ali construir hotéis e campos de golfe. O foco dos últimos governos

que passaram pela cidade tem sido muito mais agrandar os investidores do que contemplar o bem-estar da população.

Nesta estratégia, é o Rio de Janeiro uma cidade que continua ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos ou é aquela em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por ela cancelados? (GOMES, 2008, p. 107)

No início do século XX o Rio deixava para trás a imagem de vila colonial para adotar um formato de cidade cosmopolita, alinhada à modernidade. Nascia assim a Paris dos Trópicos. Pouco tempo depois assumíamos o título de Cidade Maravilhosa, símbolo das potencialidades da jovem nação. Hoje, o Rio do século XXI, palco de megaeventos de um Brasil emergente, reformula-se não só urbanisticamente, mas acima de tudo simbolicamente e, nesse sentido, a mídia cumpre um papel fundamental de reforçar certas ideias e “esquecer” outras. De cidade violenta e em guerra, assumimos a marca de Cidade Olímpica, onde não cabem mais os estigmas de antes. Somos um novo Rio, saudável, pacífico e ordenado. Uma obra jornalística ou literária não é apenas o que se lê no papel, mas, acima de tudo, os simulacros e reificações que ela produz.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. IPP, 2008
- APPADURAI, Arjun. *Géographie de la colère*. La violence à l'âge de la globalisation. Paris: Ed. Payot, 2007.
- ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Provence-Alpes-Côte d'Azur : Ed. L'Aube, 2004.
- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1906.
- BAUDRILLARD, Jean . *Le paroxiste indifférent*. Paris: Ed. Grasset, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BRITO, Janaina; FONTES, Nena. *Estratégias para eventos: Uma Ótica do Marketing e do Turismo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Ed. 34, 2000.
- CASTEL, Robert. *L'insécurité sociale – Qu'est-ce qu'être protégé ?*. Paris: Ed. Seuil, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.
- CONTRERA, Malena Segura. *Mídia e Pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia*. São Paulo: Ed. FAPESP, 2002.
- CONTRERA, Malena e MORO, Marcela. *Vertigem Mediática nos Megaeventos Musicais*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v. 11, n. 1, jan./abr 2008.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- DAVIS, Mike. *Le pire des mondes possibles – de l'explosion urbaine au bidonville global*. Paris : Ed. La Découverte, 2006.
- DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os Pensadores: Émile Durkheim*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.
- _____. "O Suicídio". In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os Pensadores: Émile Durkheim*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

FILHO, Melo Morais. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2002.

FREITAS, Ricardo F. *Centres commerciaux: îles urbaines de la postmodernité*. Paris: L'Harmattan, 1996.

_____. Nas alamedas do consumo: o shopping center como solução contemporânea de lazer nas cidades globalizadas. *Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*. Brasília, n. 2, 1999.

_____. Forteresses urbaines: les condominiums de Rio, nouvelles insularités sociales. In: LARDELLIER, Pascal (Org.). *Clés anthropologiques pour la mondialisation: des cultures et des hommes*. Paris: L' Harmattan, 2005. p. 108-120.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos. In: Compôs, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre*, 2011.

FREITAS, Ricardo e NACIF, Rafael (orgs.). *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

FREITAS, Ricardo Ferreira; FORTUNA, Vania Oliveira. O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo um grande palco de megaeventos. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; BORELLI, Silvia H. S. (Orgs.) *Comunicação, narrativas e culturas urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-SP, 2009. p.99 -117.

FREITAS, Ricardo Ferreira; GONÇALVES, Kátia Pires. Rio de reinvenções: mídia e as representações da favela pacificada. In: FERNANDES, Cíntia. S; MAIA, João; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.) *Comunicações e Territorialidades: Rio de Janeiro em cena*. São Paulo: Ed. Anadarco, 2012.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2008.

GONÇALVES, F. N. Tecnologia e cultura: usos artísticos da tecnologia como prática de comunicação e laboratório de experimentação social. *Revista FAMECOS*, v.1, p. 100-110, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

JAGUARIBE, Beatriz. *Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos*. In: Compôs, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre (RS)*, 2011.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

LEVY, Ruth. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Ed. EBA/UFRJ, 2008.

_____. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Ed. EBA/UFRJ, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. *Le bonheur paradoxal: essai sur la société d'hyperconsommation*. Paris: Ed. Gallimard, 2006.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

_____. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

_____. *O Tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

MAIA, João; BIANCHI, Eduardo. Réveillon de Copacabana: territorialidades temporárias. In: FERNANDES, Cíntia. S; MAIA, João; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.) *Comunicações e Territorialidades: Rio de Janeiro em cena*. São Paulo: Ed. Anadarco, 2012.

MISSE, Michel. Os desafios das UPPs. *Olhar Virtual UFRJ*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2010. Entrevista.

_____. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 01 jul. 2011. Entrevista.

_____. O solo das milícias é a generalizada corrupção na polícia fluminense. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo (RS), 28 nov. 2011. Entrevista.

MORIN, Edgar. *Sociologie*. Paris: Ed. Fayard, 1984.

PERETTI-WATEL, Patrick. *La société du risque*. Paris : Ed. La découverte, 2001.

PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.

REBOUL, Olivier. *O Slogan*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008. v. 3.